

# RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

# 2017



**BANESES**  
FUNDAÇÃO BANESTES  
DE SEGURIDADE SOCIAL

# SUMÁRIO

The background features a series of overlapping triangles. A light blue triangle is on the left, a medium blue triangle is in the center, and a green triangle is on the right. The triangles overlap in a way that creates a sense of depth and movement.

MENSAGEM DA DIRETORIA	04
SÍNTESE DOS RESULTADOS	06
GESTÃO DE INVESTIMENTO	07
DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DE INVESTIMENTOS	16
INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	25
INFORMAÇÕES PREVIDENCIAIS	31
DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E NOTAS EXPLICATIVAS	33
PARECERES	54

# MENSAGEM DA DIRETORIA

## Prezados Participantes e Assistidos,

Apresentamos a vocês o Relatório Anual de Informações (RAI) da Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses, referente ao exercício de 2017.

Para nós, esta é sempre uma ótima oportunidade de concretizar ainda mais os pilares de transparência, seriedade e trabalho árduo sob os quais viemos nos sustentando diariamente na busca pelo fortalecimento do nosso Patrimônio.

Se o ano de 2016 foi marcado por incertezas, 2017 evoluiu-se para um cenário de melhor expectativa econômica, ainda que o clima político tenha continuado instável. A inflação voltou a níveis baixos e permanece por ora controlada. Com uma boa perspectiva futura, os ativos de risco (bolsa, juros e outros) apresentaram melhor performance.

Em meio a este cenário, o Plano II de Aposentadoria da Baneses findou o ano com um patrimônio social de R\$ 1,59 bilhão e uma rentabilidade acumulada dos investimentos de 11,61%, superior à meta atuarial do período (IGP-DI + 5,75% a.a.) de 5,30%.

O grande destaque de 2017 ficou com o lançamento do Plano III de Aposentadoria, no mês de maio. Ao final do ano, após 8 meses de Plano, 505 Participantes inscritos já haviam acumulado um patrimônio de R\$ 3,45 milhões.

A Fundação também não mediu esforços para reduzir seus custos administrativos. Renegociamos contratos de prestação de serviços, reduzindo valores ou evitando reajustes. Reduzimos o quadro de terceirizados e revisamos os processos administrativos, resultando em maior sinergia entre os colaboradores na busca de menores custos. Essas ações, na prática, resultaram em um orçamento anual executado ainda menor que o previsto, gerando uma economia direta de quase R\$ 180 mil. O caminho não pode ser outro.

2018 promete ser um ano de grandes desafios. Não só pela disputa eleitoral que se apresenta, mas também pela realidade do aumento da longevidade e da redução das taxas de juros. Os fundos de pensão precisarão rever suas políticas de investimento, buscar maior diversificação nas aplicações e assumir um pouco mais de risco, com níveis de controles adequados, objetivando cumprir as metas atuariais num cenário em que a renda fixa tem a sua expressividade reduzida na composição das carteiras.

A Baneses, por sua vez, seguirá firme em seu propósito, construindo uma Fundação cada vez mais sólida e preparada para enfrentar obstáculos.

Desejamos uma boa leitura a todos!

*Este Relatório é uma publicação regulamentada pela Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 23 de 6 de dezembro de 2006, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar na divulgação de informações aos Participantes e Assistidos dos Planos de Benefícios.*

# SÍNTESE DOS RESULTADOS

**Os resultados da Baneses em 2017 estão detalhados neste relatório. Contudo, segue abaixo uma síntese dos principais números:**

- A Baneses pagou R\$ 130,20 milhões em benefícios a seus assistidos (incluindo o pagamento de Resgates); recebeu R\$ 40,58 milhões de contribuições dos participantes ativos, autopatrocinados, assistidos e patrocinadores do Plano II, inclusive receitas do Contrato do Governo.
- Recebeu R\$ 3,57 milhões de contribuições dos participantes ativos e patrocinadores do Plano III.
- Encerrou o exercício de 2017 com 2.191 assistidos (aposentados e pensionistas) e 2.281 participantes (ativos, autopatrocinados e em suspensão de contribuição) do Plano II de Aposentadoria; e 505 participantes (ativos) do Plano III de Aposentadoria, totalizando 2.786 participantes.
- O passivo atuarial do Plano II cresceu 4,46%, sendo de R\$ 1,53 bilhão para R\$ 1,59 bilhão;
- O passivo atuarial do Plano III encerrou o primeiro exercício com R\$ 3,52 milhões;
- O Patrimônio de Cobertura do Plano II cresceu 4,57% de R\$ 1,51 bilhão para R\$ 1,58 bilhão;
- O Patrimônio de Cobertura do Plano III encerrou primeiro exercício com R\$ 3,45 milhões;
- O plano II de aposentadoria encerrou o exercício com Déficit Contábil de R\$ 25,53 milhões;
- O principal fator que levou ao Déficit de 2,26% das Provisões Matemáticas de Benefícios Definidos foi o valor apurado no exercício de 2013, devido à mudança da premissa de taxa de juros. Segundo o estudo da taxa de juros, este déficit será equacionado no longo prazo. Dessa forma o déficit atuarial é de natureza conjuntural.
- A situação deficitária do Plano foi mantida, porém em patamar superior ao resultado obtido em 2016, em função da alteração de premissas ocorrida no exercício, em especial à alteração da tábua de mortalidade geral de AT-2000 Basic, segregada por sexo para AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo.
- A rentabilidade do Plano II foi de 11,61% (pelo método de Taxa Interna de Retorno do Patrimônio Líquido Contábil), superior ao IGP-DI + 5,75%a.a. de 5,30%. As melhores rentabilidades do ano foram provenientes de investimentos de renda variável (27,49%), empréstimos (10,65%) e renda fixa (9,37%). Todos os segmentos de investimentos atingiram resultados superiores às necessidades atuariais;
- Os fatores mais relevantes que contribuíram positivamente para o resultado do ano foram as rentabilidades obtidas em ações negociadas na bolsa de valores (34,97%), presente na carteira própria da Baneses, e em fundos de investimentos em ações (23,88%);
- O Plano III acumulou uma rentabilidade bruta de 5,49%, calculada a partir do método de taxa interna considerando apenas os investimentos do Plano, superando o CDI no mesmo período (de 19/05/2017 a 29/12/2017).

# GESTÃO DE INVESTIMENTO

No ano de 2017, ocorreram avanços na economia brasileira. Destacam-se, sobretudo, os seguintes fatos: i) a inflação voltou a níveis baixos e permanece por ora controlada, na visão do mercado; ii) em função disso, o Banco Central teve a possibilidade de realizar um corte histórico nas taxas de juros; iii) com base na boa perspectiva futura, os ativos de risco (bolsa, juros de longo prazo e outros) apresentaram excelente performance.

Apesar da aparente calma, o cenário político ainda teve muito efeito no mercado – tanto na situação em que houve o vazamento do áudio em que o Sr. Joesley Batista gravava o Presidente Temer quanto na expectativa frustrada pelo aprofundamento das reformas.

Para 2018, a expectativa é de um mercado mais nervoso. Isso acontece em razão da preocupação com aumento de juros nos EUA, que pode impactar todos os mercados emergentes, e também em razão da disputa eleitoral, que deve trazer mais impactos ao longo do segundo semestre do ano.

As alterações na carteira que começaram a ser feitas em 2016 continuaram, e hoje a carteira dos planos se encontra mais preparada para um cenário de juros mais baixos e com mais risco. Ajustes pontuais poderão ser feitos ao longo do ano, à medida em que o cenário se tornar mais claro.

## PGA

No exercício findo em 2017, o recurso garantidor de reserva técnica do PGA era de R\$ 15,78 milhões e a rentabilidade acumulada alcançou o resultado de 9,98%, superando a meta de rentabilidade (IGP-DI + 5,75% a.a.), de 5,30%.

## PLANO II

No exercício findo em 2017, o recurso garantidor de reserva técnica do Plano II era de R\$ 1,53 bilhão e a rentabilidade acumulada alcançou o resultado de 11,61%, superando a meta de rentabilidade (IGP-DI + 5,75% a.a.), de 5,30%.

## PLANO III

No período de 19 de maio de 2017 a final de dezembro de 2017, o recurso garantidor de reserva técnica do Plano III era de R\$ 3,4 milhões e a rentabilidade acumulada dos investimentos alcançou o resultado de 5,49%.

## RESUMO DOS INVESTIMENTOS • PGA

DISCRIMINAÇÃO	POSIÇÃO CONTÁBIL (R\$ MIL)		EVOLUÇÃO (%)
	2017	2016	
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>15.765</b>	<b>15.461</b>	<b>1,96</b>
<b>Investimentos em Renda Fixa</b>	<b>15.765</b>	<b>15.461</b>	<b>1,96</b>
LFT	15.002	14.612	
Fundos de Invest.	763	850	

## RESUMO DOS INVESTIMENTOS • PLANO II

DISCRIMINAÇÃO	POSIÇÃO CONTÁBIL (R\$ MIL)		EVOLUÇÃO (%)
	2017	2016	
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>1.530.758</b>	<b>1.408.910</b>	<b>8,51</b>
<b>Investimentos em Renda Fixa</b>	<b>1.211.424</b>	<b>1.164.850</b>	<b>4,00</b>
LFT	82.104	74.510	
NTN – C	208.304	240.192	
NTN – B	795.986	769.806	
Fundos de Invest.	125.030	80.342	
<b>Investimentos em Renda Variável</b>	<b>188.327</b>	<b>150.706</b>	<b>24,96</b>
Ações Banestes	31.792	22.635	
EDP ON	13.621	13.038	
Bradesco PN	3.421	2.665	
Petrobras PN	5.202	4.805	
Vale PNA	–	5.485	
Vale ON	8.839	–	
Fundo de Ações	125.022	101.336	
Dividendos a Receber	430	743	
<b>Investimentos Estruturados</b>	<b>58.120</b>	<b>31.497</b>	<b>90,58</b>
Fundos de Participações	14.624	13.224	
Fundos Multimercado	37.872	12.924	
Fundo Imobiliário	5.624	5.349	
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>34.240</b>	<b>25.229</b>	<b>35,72</b>
<b>Empréstimos aos Participantes</b>	<b>38.647</b>	<b>36.627</b>	<b>5,52</b>



## RESUMO DOS INVESTIMENTOS • PLANO III

DISCRIMINAÇÃO	POSIÇÃO CONTÁBIL (R\$ MIL)
	2017
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>3.441</b>
<b>Investimentos em Renda Fixa</b>	<b>3.441</b>
Fundos de Investimento	3.441

## FUNDOS DE INVESTIMENTOS - ALOCAÇÃO POR SEGMENTO • PGA

FUNDO	CNPJ	SALDO CONTÁBIL (R\$ MIL)	% DO PL DO FUNDO	% DOS R.G.R.T*	% DOS RECURSOS TERCEIRIZADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ MIL) 29/12/2017
<b>RENDA FIXA</b>		<b>763</b>		<b>4,87</b>	<b>100,00</b>	
VOTORANTIM INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	06.866.051/0001-87	763	0,04	4,87	100,00	1.810.736
<b>TOTAL</b>		<b>763</b>		<b>4,87</b>	<b>100,00</b>	

\*R.G.R.T.: Recursos Garantidores das Reservas Técnicas

## FUNDOS DE INVESTIMENTOS - ALOCAÇÃO POR SEGMENTO • PLANO II

FUNDO	CNPJ	SALDO CONTÁBIL (R\$ MIL)	% DO PL DO FUNDO	% DOS R.G.R.T*	% DOS RECURSOS TERCEIRIZADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ MIL) 29/12/2017
<b>RENDA FIXA</b>		<b>115.837</b>		<b>7,57</b>	<b>37,59</b>	
BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	5.357.507/0001-10	3.272	1,54	0,21	1,06	213.164
BNP PARIBAS TARGUS FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	5.862.906/0001-39	9.110	2,06	0,60	2,96	442.380
SANTANDER INSTITUCIONAL FIC RENDA FIXA	6.095.438/0001-87	21.999	2,04	1,44	7,14	1.079.669
VOTORANTIM INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	6.866.051/0001-87	1.645	0,09	0,11	0,53	1.810.736
ITAÚ INSTITUCIONAL INFLAÇÃO 5 FIC RENDA FIXA	9.093.819/0001-15	3.582	0,21	0,23	1,16	1.738.381
ITAÚ HIGH GRADE FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	9.093.883/0001-04	10.620	0,41	0,69	3,45	2.579.383
ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO CURTA FIC RENDA FIXA	12.682.783/0001-10	1.594	3,17	0,10	0,52	50.250
SANTANDER IMA-B INSTITUCIONAL TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA LP	14.504.578/0001-90	1.599	0,24	0,10	0,52	672.706
MODAL GAIA INSTITUCIONAL RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	15.637.785/0001-85	5.768	4,00	0,38	1,87	144.208
SANTANDER IMA-B 5 TOP FI RENDA FIXA LP	18.599.673/0001-75	2.201	0,62	0,14	0,71	354.014
BANESES FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	19.531.929/0001-75	50.857	100,00	3,32	16,50	50.857
BRANDESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA	20.216.216/0001-04	3.589	1,11	0,23	1,16	323.459
<b>MULTIMERCADO INSTITUCIONAL</b>		<b>9.193</b>		<b>0,60</b>	<b>3,07</b>	
IB INSTITUCIONAL ACTIVE FIX FI MULTIMERCADO	4.764.174/0001-81	1.677	0,08	0,11	0,56	2.181.550
MODAL INSTITUCIONAL FIC MULTIMERCADO	6.301.947/0001-19	4.352	0,40	0,28	1,46	1.090.971
BRZ MULTI RECEBÍVEIS II FIC MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	15.350.692/0001-75	3.163	5,00	0,21	1,06	63.266

FUNDO	CNPJ	SALDO CONTÁBIL (R\$ MIL)	% DO PL DO FUNDO	% DOS R.G.R.T*	% DOS RECURSOS TERCEIRIZADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ MIL) 29/12/2017
<b>MULTIMERCADO ESTRUTURADO</b>		<b>37.872</b>		<b>2,47</b>	<b>12,67</b>	
AZ QUEST MULTI FIC MULTIMERCADO	4.455.632/0001-09	4.467	0,81	0,29	1,49	551.974
MAUÁ MACRO FIC MULTIMERCADO	5.903.038/0001-98	5.376	0,47	0,35	1,80	1.147.913
BRADESCO H MACRO FI MULTIMERCADO	12.085.947/0001-21	6.572	0,26	0,43	2,20	2.494.532
MODAL TACTICAL FIC MULTIMERCADO	14.146.726/0001-41	4.433	1,35	0,29	1,48	327.830
GARDE DUMAS FIC MULTIMERCADO	18.961.501/0001-08	9.483	1,62	0,62	3,17	583.729
KINEA CHRONOS FI MULTIMERCADO	21.624.757/0001-26	7.541	0,42	0,49	2,52	1.816.737
<b>RENDA VARIÁVEL</b>		<b>125.022</b>		<b>8,17</b>	<b>40,57</b>	
BOZANO FUNDAMENTAL FI AÇÕES	5.578.898/0001-01	6.911	5,66	0,45	2,24	121.999
BRADESCO SMALL CAP PLUS FI AÇÕES	6.988.623/0001-09	13.453	5,50	0,88	4,37	244.756
VINCI GAS DIVIDENDOS FI AÇÕES	7.488.106/0001-25	2.092	0,48	0,14	0,68	433.510
JMALUCELLI MARLIM DIVIDENDOS FI AÇÕES	9.599.346/0001-22	7.481	7,33	0,49	2,43	102.098
PERFIN INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	10.608.762/0001-29	9.095	6,27	0,59	2,95	145.066
STUDIO FIC AÇÕES	11.225.767/0001-35	11.912	6,86	0,78	3,87	173.731
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	11.392.165/0001-72	17.090	4,03	1,12	5,55	424.192
POLLUX AÇÕES INSTITUCIONAL I FIC AÇÕES	11.827.507/0001-30	7.656	12,00	0,50	2,48	63.804
BNP PARIBAS ACTION FIC AÇÕES	12.239.939/0001-92	17.745	2,78	1,16	5,76	637.579
XP DIVIDENDOS FI AÇÕES	16.575.255/0001-12	15.368	4,08	1,00	4,99	376.978
OCEANA SELECTION FIC AÇÕES	17.157.131/0001-80	11.077	1,20	0,72	3,59	923.669
GAP EQUITY VALUE INSTITUCIONAL FI AÇÕES	17.898.650/0001-07	5.143	8,49	0,34	1,67	60.601
<b>PARTICIPAÇÕES</b>		<b>14.624</b>		<b>0,96</b>	<b>4,75</b>	
BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA II FICFIP	14.584.094/0001-06	1.986	1,06	0,13	0,64	188.103
BRASIL ENERGIA RENOVÁVEL MULTIESTRATÉGIA FIP	12.188.161/0001-30	7.094	2,74	0,46	2,30	259.070
LACAN FLORESTAL MULTIESTRATÉGIA FIP	13.812.224/0001-40	5.544	1,97	0,36	1,80	281.147
<b>IMOBILIÁRIOS</b>		<b>5.624</b>		<b>0,37</b>	<b>1,82</b>	
CLARITAS LOGÍSTICA I FII	97.521.194/0001-02	5.624	3,33	0,37	1,82	168.715
<b>TOTAL</b>		<b>308.172</b>		<b>20,13</b>	<b>100,00</b>	

\*R.G.R.T.: Recursos Garantidores das Reservas Técnicas

## FUNDOS DE INVESTIMENTOS - ALOCAÇÃO POR SEGMENTO • PLANO III

FUNDO	CNPJ	SALDO CONTÁBIL (R\$ MIL)	% DO PL DO FUNDO	% DOS R.G.R.T*	% DOS RECURSOS TERCEIRIZADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ MIL) 29/12/2017
<b>RENDA FIXA</b>		<b>2.289</b>		<b>66,28</b>	<b>66,51</b>	
SANTANDER INSTITUCIONAL FIC RENDA FIXA	06.095.438/0001-87	1.570	0,15	45,47	45,63	1.079.669
BNP PARIBAS MATCH FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI CRÉDITO PRIVADO	09.636.393/0001-07	719	0,01	20,81	20,88	5.085.021
<b>MULTIMERCADO INSTITUCIONAL</b>		<b>1.153</b>		<b>33,38</b>	<b>33,49</b>	
IB INSTITUCIONAL ACTIVE FIX FI MULTIMERCADO	04.764.174/0001-81	1.153	0,05	33,38	33,49	2.181.550
<b>TOTAL</b>		<b>3.441</b>		<b>100,00</b>	<b>99,66</b>	

\*R.G.R.T.: Recursos Garantidores das Reservas Técnicas

# Relatório de Atividades

## PLANO II

### Renda Fixa

A alocação proposta para o segmento de renda fixa tem por objetivo a adequação dos ativos às obrigações atuariais do Plano.

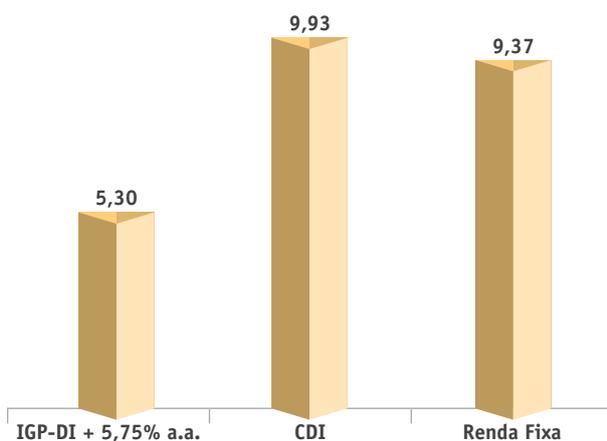
Este segmento é composto por títulos públicos federais (LFT's, NTN-B's e NTN-C's) e Fundos de Investimento, e respondem por 79,29% da carteira total de investimentos.

Os demais recursos alocados são utilizados como liquidez necessária ao cumprimento das obrigações de curto prazo e para aproveitamento das oportunidades de investimentos.

As aplicações em ativos de Renda Fixa atingiram o montante de R\$ 1,21 bilhão, apresentando, assim, uma evolução de 4,00% em relação ao saldo apurado no encerramento de 2016.

A rentabilidade anual da carteira de renda fixa, medida pela taxa interna de retorno (TIR), foi de 9,37%, próximo a 9,93% do CDI e superando os 5,30% do IGP-DI + 5,75%a.a..

Rentabilidade de Renda Fixa - 2017



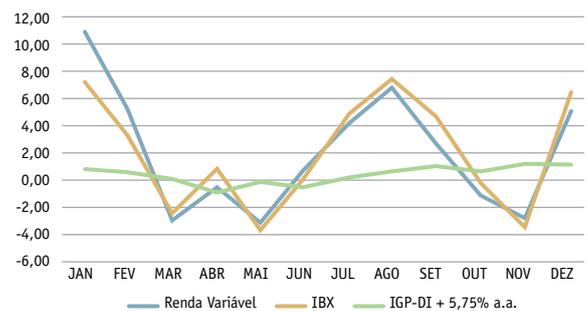
### Renda Variável

Os recursos aplicados em renda variável totalizaram R\$ 185,33 milhões, representando 12,13% da carteira total de investimentos da Baneses.

A carteira própria é composta por ações das empresas de capital aberto: Banestes, Oi, Energias do Brasil, Bradesco, Petrobras, Vale e ainda os Fundos de Investimento em Ações com gestores diversificados e buscando uma gestão mais ativa.

A Baneses iniciou o ano com exposição de R\$ 150,71 milhões investidos em renda variável. Com as sucessivas altas da Bolsa de Valores ao longo do ano, a Baneses, ao final do exercício, apresentou uma rentabilidade positiva de 27,49% contra 5,30% do IGP-DI + 5,75%a.a. e 27,55% do IBX. No exercício de 2017 a carteira teve um aumento de 22,97% se comparado ao exercício de 2016 apenas com performance.

Rentabilidade de Renda Variável - 2017



### Investimentos Estruturados

A carteira é composta por Fundo de Investimento Imobiliário (FII), Fundos de Investimento em Participações (FIP's) - uma espécie de condomínio fechado que investe na economia real por meio de participações em empresas - e por Fundos de Investimento Multimercados que passaram a compor a carteira em novembro de 2016 e no decorrer de 2017 foi aumentando na busca de melhores rendimentos para o segmento, saindo de um montante de R\$ 12,94 milhões em 2016 para R\$ 37,87 milhões no fechamento de 2017.

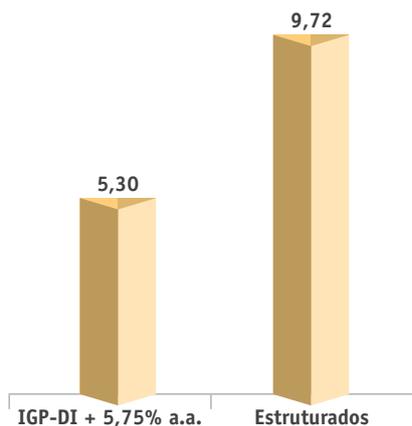
A longa crise econômica e política pela qual o país vem passando, nos últimos anos, afetou o desempenho dos FIP's que contaminou diversos setores, a partir da desaceleração de programas de investimento, do aumento dos pedidos de recuperação judicial e pela remarcação do valor dos ativos, para baixo, nas carteiras de investimento. Entretanto, os cotistas e gestores

vem trabalhando intensamente para minimizar as perdas e trazer retornos de resultados para os fundos.

A Baneses possui 3 FIP's que investem em setores de infraestrutura, energia renovável e florestas. Alguns desses fundos vêm sofrendo com questões relacionadas a mudanças regulatórias, crises no setor energético, problemas administrativos e no desenvolvimento das obras, influência política, entre outros.

Assim, com todo o trabalho realizados nos FIP's e o processo de alocação em fundos de investimentos multimercados, a carteira de Investimentos Estruturados apresentou, no final do período, uma rentabilidade positiva em 9,72% e um saldo de R\$ 58,12 milhões, representando 3,80% dos investimentos da Baneses, uma evolução de 90,58% em relação ao saldo apurado no encerramento de 2016.

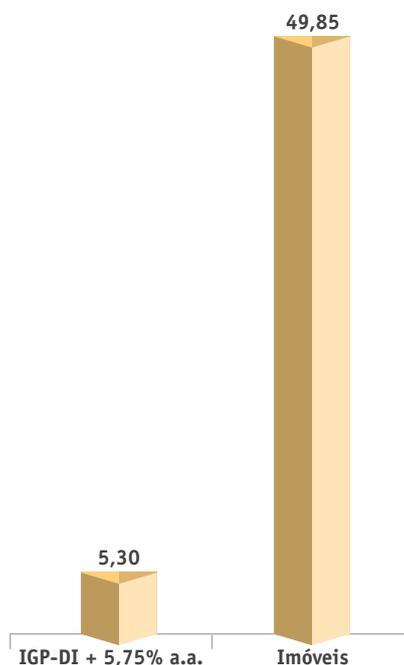
#### Rentabilidade de Estruturados - 2017



#### Imóveis

A cada período de 03 anos, a Fundação Baneses realiza a reavaliação da sua carteira imobiliária de acordo com as normas estabelecidas pela PREVIC. A Baneses procedeu a reavaliação da carteira imobiliária do exercício em dezembro de 2017. O saldo da carteira de investimentos em imóveis totalizou R\$ 34,24 milhões, representando 2,24% dos investimentos da Baneses. O segmento de imóveis atingiu ao final de 2017 uma rentabilidade de 49,85%, impactado pela reavaliação dos imóveis.

#### Rentabilidade dos Imóveis - 2017



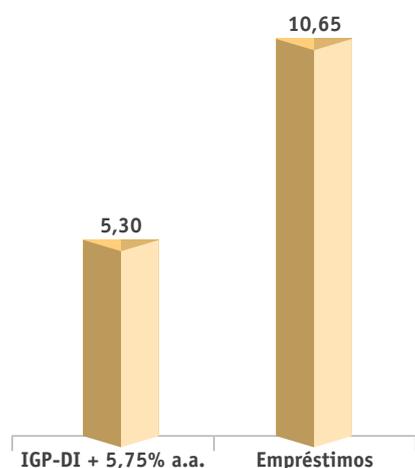
#### Empréstimos

O saldo de Operação com Participantes ao final do ano de 2017, que consiste na concessão de empréstimos, era de R\$ 38,65 milhões, composto por 1.974 contratos ativos, equivalente a 2,53% dos investimentos da Baneses.

A modalidade de Empréstimo Pessoal concede valores com taxas inferiores às praticadas no mercado financeiro e os juros pagos retornam ao patrimônio da Fundação, que pertence aos Participantes. Desde 2016 vigora a Circular de Empréstimo nº 112, que aumentou o prazo máximo para quitação do empréstimo de 60 para 72 prestações mensais.

A carteira de empréstimos registrou, no ano, rentabilidade de 10,65%, equivalente a 107,30% do CDI e 200,82% da meta (IGP-DI + 5,75% a.a.).

### Rentabilidade dos Empréstimos - 2017

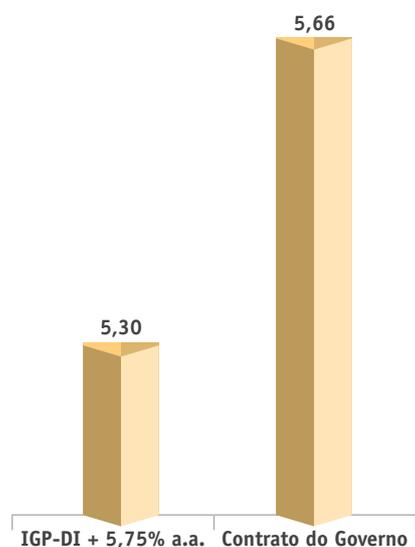


### Contrato para Cobertura do Passivo Atuarial

O contrato firmado com o Governo do Estado em 1998, para cobertura do passivo atuarial, por ocasião do processo de saneamento do Banestes S.A., cuja remuneração é IGP-DI + 6,00% a.a., apresentou, ao final do exercício de 2017, um saldo de R\$ 51,21 milhões.

A rentabilidade apurada nesta carteira, no ano, foi de 5,66%.

### Rentabilidade do Contrato do Governo - 2017



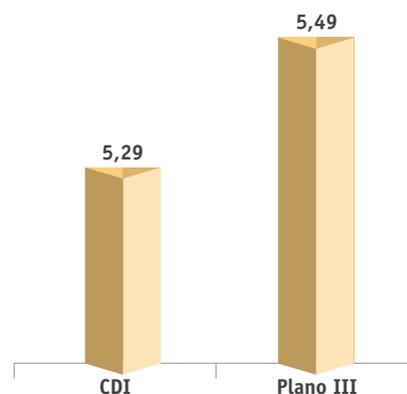
## PLANO III

Iniciado em maio de 2017, o Plano III tem focado suas alocações apenas em Fundos de Investimento classificados no segmento de renda fixa, mantendo uma alocação conservadora em seus primeiros meses de funcionamento, dado seu atual volume de recursos, que atingiu R\$ 3,4 milhões em dezembro de 2017.

Em seu primeiro ano de funcionamento, o Plano III acumulou uma rentabilidade bruta de 5,49%, calculada a partir do método de taxa interna considerando apenas os investimentos do Plano, superando o CDI no mesmo período (de 19/05/2017 a 29/12/2017).

Conforme previsto na Resolução CMN nº 3.792/2009, em seu Artigo 54, §1º, a elaboração da “Política de Investimentos para o novo plano é facultativa no primeiro exercício subsequente à data de recebimento da primeira contribuição”. Assim, apesar de o Plano III ainda não possuir uma Política de Investimento, o documento está em fase de elaboração, permitindo que, em breve, o Plano possa diversificar sua carteira.

### Rentabilidade da Renda Fixa - 2017



# DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DE INVESTIMENTOS

## PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA • PGA

(Em R\$ mil)

SEGMENTO	POSIÇÃO CONTÁBIL / PARTICIPAÇÃO (%)			
	2017	(%)	2016	(%)
Renda Fixa	15.765	100,00	15.461	100,00
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>15.765</b>	<b>100,00</b>	<b>15.461</b>	<b>100,00</b>

## PLANO DE BENEFÍCIOS • PLANO II

(Em R\$ mil)

SEGMENTO	POSIÇÃO CONTÁBIL / PARTICIPAÇÃO (%)			
	2017	(%)	2016	(%)
Renda Fixa	1.211.424	79,29	1.164.850	82,68
Renda Variável	188.327	12,30	150.706	10,70
Investimentos Estruturados	58.120	3,80	31.497	2,24
Investimentos Imobiliários	34.240	2,24	25.229	1,79
Empréstimos aos Participantes	38.647	2,53	36.627	2,60
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>1.530.758</b>	<b>100,00</b>	<b>1.408.909</b>	<b>100,00</b>

## PLANO DE BENEFÍCIOS • PLANO III

(Em R\$ mil)

SEGMENTO	POSIÇÃO CONTÁBIL / PARTICIPAÇÃO (%)	
	2017	(%)
Renda Fixa	3.441	100,00
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>3.441</b>	<b>100,00</b>

## RENTABILIDADE DO PGA - 2017

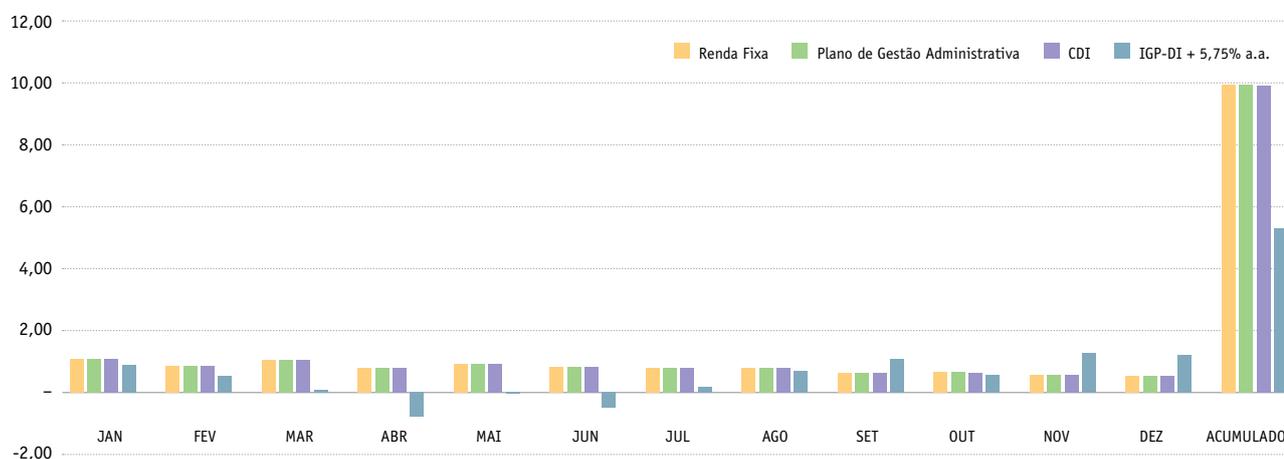
(Em R\$ mil)

SEGMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
Renda Fixa	1,09	0,87	1,05	0,79	0,93	0,82	0,80	0,80	0,64	0,65	0,57	0,54	<b>9,98</b>
Plano de Gestão Administrativa	1,09	0,87	1,05	0,79	0,93	0,82	0,80	0,80	0,64	0,65	0,57	0,54	<b>9,98</b>

## ÍNDICES DE REFERÊNCIA - 2017

ÍNDICE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
CDI	1,08	0,86	1,05	0,79	0,93	0,81	0,80	0,80	0,64	0,64	0,57	0,54	<b>9,93</b>
IGP-DI + 5,75% a.a.	0,90	0,53	0,09	(0,78)	(0,05)	(0,50)	0,17	0,71	1,09	0,57	1,27	1,21	<b>5,30</b>

### Rentabilidade PGA - Comparativo Índices de Referência



## RENTABILIDADE DO PLANO II - 2017

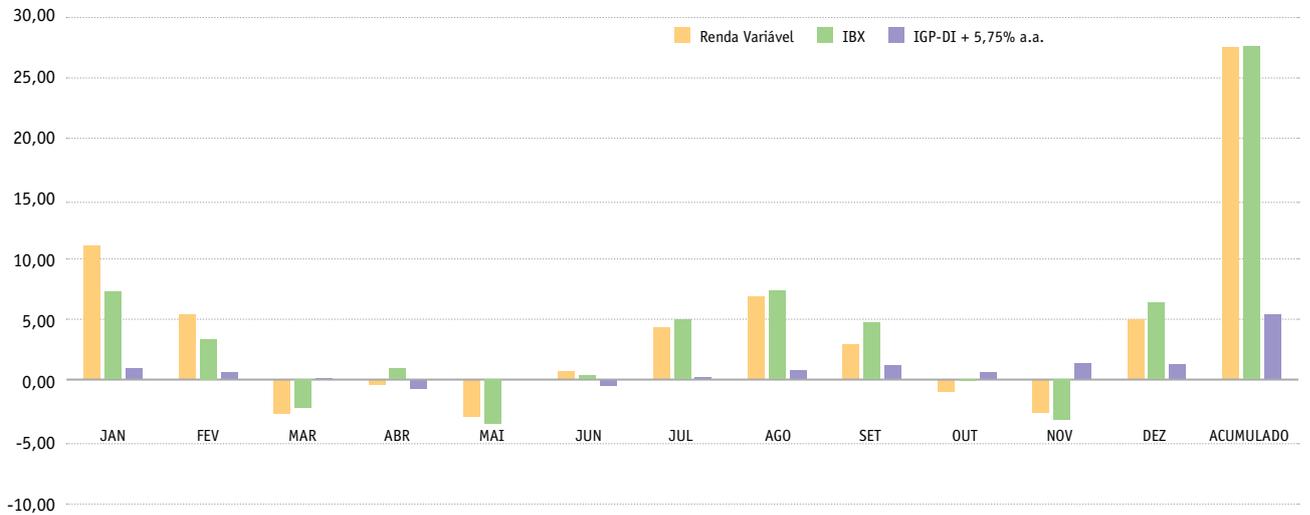
(Em %)

SEGMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
Renda Fixa	1,07	0,81	0,90	0,44	0,63	0,45	0,50	0,96	0,67	0,87	0,85	0,86	<b>9,37</b>
Renda Variável	11,02	5,33	(2,86)	(0,49)	(3,13)	0,61	4,24	6,83	2,85	(1,00)	(2,77)	4,96	<b>27,49</b>
Estruturados	1,05	0,92	0,47	0,37	(0,77)	0,36	1,37	(6,67)	1,44	(0,11)	10,86	0,81	<b>9,72</b>
Imóveis	1,11	0,70	0,68	0,69	0,81	0,70	0,71	0,71	0,71	0,72	0,72	38,03	<b>49,85</b>
Empréstimos	1,16	1,27	0,74	0,65	0,64	0,64	0,64	0,64	0,73	1,09	0,84	1,14	<b>10,65</b>
Investimentos	2,07	1,31	0,33	0,33	0,15	0,46	0,90	1,27	0,92	0,62	0,74	1,95	<b>11,61</b>

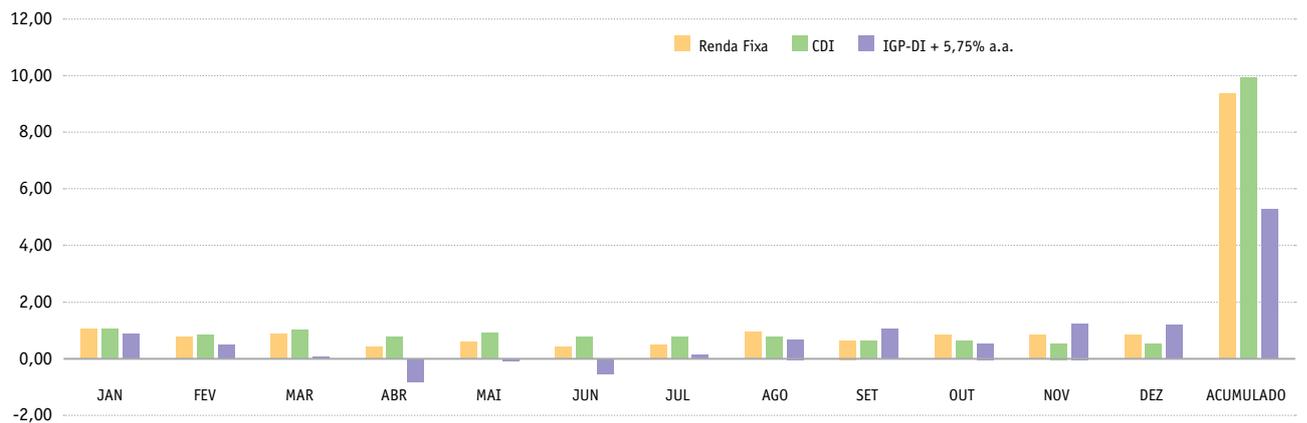
## ÍNDICES DE REFERÊNCIA - 2017

ÍNDICE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
CDI	1,08	0,86	1,05	0,79	0,93	0,81	0,80	0,80	0,64	0,64	0,57	0,54	<b>9,93</b>
IBX	7,21	3,30	(2,35)	0,88	(3,66)	0,30	4,91	7,35	4,69	(0,13)	(3,38)	6,35	<b>27,55</b>
IGP-DI + 5,75% a.a.	0,90	0,53	0,09	(0,78)	(0,05)	(0,50)	0,17	0,71	1,09	0,57	1,27	1,21	<b>5,30</b>

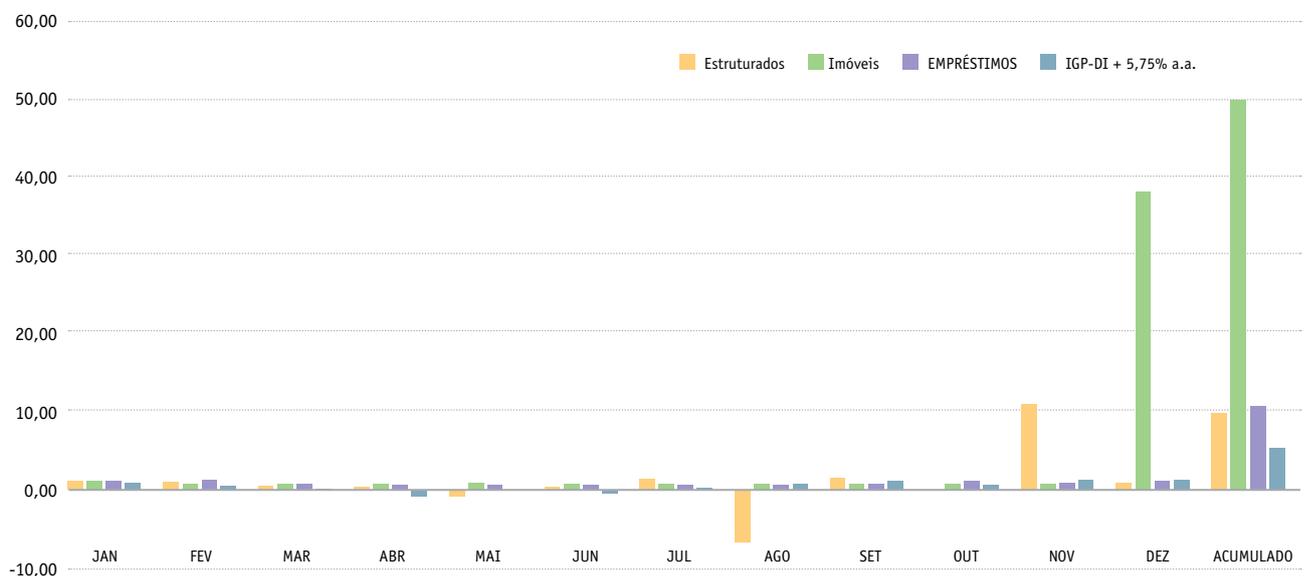
### Rentabilidade Plano II de Benefícios - Comparativo Renda Variável



### Rentabilidade Plano II de Benefícios - Comparativo Renda Fixa



### Rentabilidade Plano II de Benefícios - Comparativo Índices de Referência



## RENTABILIDADE DO PLANO III - 2017

(Em %)

SEGMENTO	MAI*	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
Renda Fixa	0,47	0,83	0,85	0,83	0,70	0,59	0,54	0,55	<b>5,49</b>
Investimentos	0,47	0,83	0,85	0,83	0,70	0,59	0,54	0,55	<b>5,49</b>

\* A rentabilidade em maio considera a taxa efetiva do período entre o início do Plano III e o último dia do mês (de 19.05 até 31.05)

## ÍNDICES DE REFERÊNCIA - 2017

ÍNDICE	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
CDI	0,38	0,81	0,80	0,80	0,64	0,64	0,57	0,54	<b>5,29</b>

### Rentabilidade Plano III de Benefícios - Comparativo Renda Fixa



## LIMITES OPERACIONAIS • PGA - 2017

(Resolução CMN nº 3.792 de 24/09/2009)

(Em mil R\$)

<b>- PATRIMÔNIO DA BANESES</b>	
ATIVO TOTAL - SALDO DA ctª 1000.00.00.0	16.947
( - ) Exigível operacional - SALDO DA ctª 2100.00.00.0	(988)
( - ) Exigível contingencial - SALDO DA ctª 2200.00.00.0	-
<b>- PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>15.959</b>
<b>- TOTAL DE INVESTIMENTOS</b>	<b>15.765</b>
( + / - ) Disponível / Valores a Receber / Pagar	19
<b>- RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT)</b>	<b>15.784</b>

SEGMENTOS	ENQUADRAMENTO*	LIMITE (% DOS RGRT)*	ALOCAÇÃO (R\$ MIL)	(%) RGRT	(%) PL
<b>RENDA FIXA</b>	<b>OK</b>	<b>100,00</b>	<b>15.765</b>	<b>99,66</b>	<b>98,78</b>
<b>Títulos Federais</b>	<b>OK</b>	<b>100,00</b>	<b>15.002</b>	<b>95,04</b>	<b>94,00</b>
NTN - Notas do Tesouro Nacional	OK	100,00	-	-	-
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	OK	100,00	15.002	95,04	94,00
Títulos Públicos - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	100,00	-	-	-
<b>Ativos de Renda Fixa</b>	<b>OK</b>	<b>80,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Debêntures - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	80,00	-	-	-
CDB, CCB - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	20,00	-	-	-
CRI - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	20,00	-	-	-
DPGE - Depósito à Prazo com Garantia Especial	OK	20,00	-	-	-
Outras Operações de Renda Fixa	OK	20,00	-	-	-
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	OK	20,00	-	-	-
FIDC - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	10,00	-	-	-
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>OK</b>	<b>100,00</b>	<b>763</b>	<b>4,83</b>	<b>4,78</b>
FI Crédito Privado	OK	100,00	763	4,83	4,78
FI Renda Fixa	OK	20,00	-	-	-
FI Renda Fixa - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	20,00	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.765</b>	<b>-</b>	<b>98,78</b>

## LIMITES OPERACIONAIS • PLANO II - 2017

(Resolução CMN nº 3.792 de 24/09/2009)

(Em mil R\$)

<b>- PATRIMÔNIO DA BANESES</b>	
ATIVO TOTAL - SALDO DA ctª 1000.00.00.0	1.608.014
( - ) Exigível operacional - SALDO DA ctª 2100.00.00.0	(1.779)
( - ) Exigível contingencial - SALDO DA ctª 2200.00.00.0	(11.633)
<b>- PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.594.602</b>
<b>- TOTAL DE INVESTIMENTOS</b>	<b>1.530.759</b>
( + / - ) Disponível / Valores a Receber / Pagar	41
<b>- RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT)</b>	<b>1.530.800</b>

SEGMENTOS	ENQUADRAMENTO*	LIMITE (% DOS RGRT)*	ALOCÇÃO (R\$ MIL)	(%) RGRT	(%) PL
<b>RENDA FIXA</b>	<b>OK</b>	<b>100,00</b>	<b>1.244.662</b>	<b>81,31</b>	<b>78,05</b>
<b>Títulos Federais</b>	<b>OK</b>	<b>100,00</b>	<b>1.113.646</b>	<b>72,75</b>	<b>69,84</b>
NTN - Notas do Tesouro Nacional	OK	100,00	1.004.290	65,61	62,98
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	OK	100,00	82.104	5,36	5,15
Títulos Públicos - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	100,00	5.439	0,36	0,34
Títulos Públicos - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	100,00	21.813	1,42	1,37
<b>Ativos de Renda Fixa</b>	<b>OK</b>	<b>80,00</b>	<b>15.174</b>	<b>0,99</b>	<b>0,95</b>
Debêntures - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	80,00	84	0,01	0,01
Debêntures - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	80,00	-	-	-
CDB, CCB - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	20,00	8	-	-
Outras Operações de Renda Fixa	OK	20,00	14.911	0,97	0,94
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	OK	20,00	170	0,01	0,01
FIDC - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	10,00	170	0,01	0,01
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>OK</b>	<b>100,00</b>	<b>115.842</b>	<b>7,57</b>	<b>7,26</b>
FI Crédito Privado	OK	100,00	68.890	4,50	4,32
FI Renda Fixa	OK	20,00	46.948	3,07	2,94
FI Renda Fixa - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	20,00	-	-	-
FI Renda Fixa - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	20,00	5	-	-
<b>ESTRUTURADO</b>	<b>OK</b>	<b>20,00</b>	<b>20.248</b>	<b>1,32</b>	<b>1,27</b>
Fundos de Investimentos Imobiliários	OK	10,00	5.624	0,37	0,35
Claritas Logística FII	OK	10,00	5.624	0,37	0,38
Fundos de Investimentos em Participações	OK	10,00	14.624	0,96	0,92
Brasil Energia Renovável FIP	OK	10,00	7.094	0,46	0,44
BTG Pactual Infraestrutura II FIC FIP	OK	10,00	1.986	0,13	0,12
Lacan Florestal FIP	OK	10,00	5.544	0,36	0,35
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>OK</b>	<b>70,00</b>	<b>190.483</b>	<b>12,44</b>	<b>11,95</b>
Ações BANESTES	OK	10,00	31.792	2,08	1,99
ON	OK	10,00	17.114	1,12	1,07
PN	OK	10,00	14.677	0,96	0,92
OI PN	OK	10,00	1	0,00	0,00
ENBR ON	OK	10,00	13.621	0,89	0,85

SEGMENTOS	ENQUADRAMENTO*	LIMITE (% DOS RGRT)*	ALOCACÃO (R\$ MIL)	(%) RGRT	(%) PL
BRADESCO PN	OK	10,00	3.421	0,22	0,21
PETROBRAS PN	OK	10,00	5.202	0,34	0,33
VALE PNA	OK	10,00	8.839	0,58	0,55
FUNDOS DE AÇÕES	OK	35,00	125.022	8,17	7,84
Ações/Opções - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	35,00	8	0,00	0,00
Ações/Opções - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	35,00	2.147	0,14	0,13
Dividendos a Receber			430	0,03	0,03
<b>INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>	<b>OK</b>	<b>100,00</b>	<b>2.479</b>	<b>0,16</b>	<b>0,16</b>
Investimentos no exterior - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	100,00	2.479	0,16	0,16
<b>IMÓVEIS</b>	<b>OK</b>	<b>8,00</b>	<b>34.240</b>	<b>2,24</b>	<b>2,15</b>
Máx. 8,00 %	OK	8,00	34.240	2,24	2,15
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>	<b>OK</b>	<b>15,00</b>	<b>38.647</b>	<b>2,52</b>	<b>2,42</b>
Empréstimos	OK	15,00	38.647	2,52	2,42
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.530.759</b>	<b>-</b>	<b>96,00</b>
<b>OPERAÇÕES COM O BANESTES</b>	<b>OK</b>	<b>10,00</b>	<b>31.792</b>	<b>2,08</b>	<b>1,99</b>
Ações BANESTES	OK	10,00	31.792	2,08	1,99

#### OBSERVAÇÕES:

- 01 - As aplicações em Fundos de Investimentos Multimercados Institucionais e não institucionais foram abertas e classificadas de acordo com a resolução 3.792;
- 02 - Os critérios adotados para a classificação dos ativos inclusos nas carteiras de Fundos Multimercados Institucionais estão destacados no Relatório Gerencial;
- 03 - As aplicações indiretas em Ações e Derivativos, via Fundos de Investimentos Multimercados Institucionais, foram classificadas no segmento de Renda Variável;
- 04 - As diferenças percentuais observadas no quadro acima em relação à composição da carteira, são decorrentes de adequações aos critérios estabelecidos na resolução 3.792.

## LIMITES OPERACIONAIS • PLANO III - 2017

(Resolução CMN nº 3.792 de 24/09/2009)

(Em mil R\$)

<b>- PATRIMÔNIO DA BANESES</b>	
ATIVO TOTAL - SALDO DA ctª 1000.00.00.0	3.531
( - ) Exigível operacional - SALDO DA ctª 2100.00.00.0	(6)
( - ) Exigível contigencial - SALDO DA ctª 2200.00.00.0	-
<b>- PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.525</b>
<b>- TOTAL DE INVESTIMENTOS</b>	<b>3.441</b>
( + / - ) Disponível / Valores a Receber / Pagar	12
<b>- RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT)</b>	<b>3.453</b>

SEGMENTOS	ENQUADRAMENTO*	LIMITE (% DOS RGRT)*	ALOCAÇÃO (R\$ MIL)	(%) RGRT	(%) PL
<b>RENDA FIXA</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>3.441</b>	<b>99,66</b>	<b>97,62</b>
<b>Títulos Federais</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>484</b>	<b>14,03</b>	<b>13,74</b>
NTN - Notas do Tesouro Nacional	N/A	N/A	-	-	-
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	N/A	N/A	-	-	-
Títulos Públicos - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	N/A	N/A	484	14,03	13,74
<b>Ativos de Renda Fixa</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>668</b>	<b>19,35</b>	<b>18,96</b>
Debêntures - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	N/A	N/A	16	0,47	0,46
CDB, CCB - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	N/A	N/A	2	0,04	0,04
CRI - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	N/A	N/A	-	-	-
DPGE - Depósito à Prazo com Garantia Especial	N/A	N/A	-	-	-
Outras Operações de Renda Fixa	N/A	N/A	651	18,84	18,45
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	N/A	N/A	-	-	-
FIDC - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	N/A	N/A	-	-	-
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>2.289</b>	<b>66,28</b>	<b>64,92</b>
FI Crédito Privado	N/A	N/A	-	-	-
FI Renda Fixa	N/A	N/A	2.289	66,28	64,92
FI Renda Fixa - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	N/A	N/A	-	-	-
FI Renda Fixa - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	N/A	N/A	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.441</b>	<b>-</b>	<b>97,62</b>

### OBSERVAÇÕES:

\* Segundo a Resolução CMN nº 3.792/2009, Artigo 54, §1º, "A política de investimento para novo plano é facultativa no primeiro exercício subsequente à data de recebimento da primeira contribuição" e §2º, "A observância dos limites de alocação, de alocação por emissor, e de concentração por emissor é facultativa nos 24 meses subsequentes ao recebimento da primeira contribuição". Visto isso, dadas as características iniciais do Plano III, sua política de investimento ainda não está em vigor. Ainda, de acordo com a Resolução CMN nº 3.792/2009, e virtude da ocorrência de desenquadramentos passivos em relação à legislação a Banestes terá um prazo de 720 (setecento e vinte) dias para eliminá-los.

# INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Em atendimento ao disposto na Resolução CGPC nº 23, de 6/12/2006, Art. 5º, subitem IV, apresentamos, a seguir, informações resumidas sobre a política de Investimentos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa referentes ao período entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2022.

## Plano de Gestão Administrativa

Principais características do Plano:

**Período de Referência:** Janeiro de 2018 a Dezembro de 2018

A tabela a seguir mostra a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.792, e eventuais sub-segmentos em que a Baneses poderá manter aplicações:

### ALOCAÇÃO DE RECURSOS

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	100%	90%	100%
Renda Variável	70%	0%	0%	10%

A alocação-objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração da Política de Investimentos. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

A seguir apresentamos os índices de referência e metas de rentabilidade definidos para cada segmento de aplicação:

## BENCHMARK E METAS DE RENTABILIDADE

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	CDI	IGP-DI + 4,00% a.a.
Renda Variável	IBrX	IGP-DI + 8,00% a.a.

Os investimentos com volume financeiro até 20% (vinte por cento) dos recursos do PGA, acumulado a cada mês por modalidade de investimento, estarão sujeitos à aprovação prévia dos órgãos competentes, conforme tabela abaixo:

## LIMITES DE ALÇADA

MODALIDADE	ÓRGÃO COMPETENTE
Títulos Públicos Federais com prazo de até 10 anos para o vencimento	Diretoria Executiva
Títulos de Emissão de Instituições Financeiras	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento de Crédito	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento de Renda Fixa	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento Multimercado Institucionais	Diretoria Executiva
Outros Investimentos	Conselho Deliberativo

## GESTÃO DOS RECURSOS

- **Tipo de Administração dos Recursos:** Mista (interna e externa)
- **Periodicidade de Avaliação dos Gestores Externos:** Semestral
- **Critérios de Contratação de Gestores:** Capacitação Técnica, Estrutura de Suporte e de Controle, Rentabilidade Histórica Auferida, Riscos Incorridos, Custos, Total de Recursos Administrados e Histórico da Empresa e dos Controladores.

Nas ocasiões em que a Baneses alocar recursos em fundos de investimento exclusivos, será realizado o acompanhamento da adequação dos mandatos destinados aos gestores quanto aos limites de investimento em cada segmento disponível, quanto à exposição, aos fatores de risco, incorrida pela Fundação, quanto aos ativos elegíveis e quanto aos limites de VaR (Value at Risk) incorridos pela Baneses.

A Baneses faz o acompanhamento das estratégias formuladas e dos desempenhos.

## CONTROLE DE RISCOS

“Em linha com o que estabelece o Capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, da Resolução CMN nº 3792, a política de riscos, da Baneses, estabelece quais são os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

A política de riscos disciplina, ainda, o controle de riscos referente ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792 e pela política de investimento da Baneses.

A Baneses monitora e controla os riscos abaixo, através da prestação de serviço de empresas de consultoria e/ou sistemas de controles internos.”

**Risco de Mercado** – depende do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado. Para entender e medir possíveis perdas devido às flutuações do mercado é importante identificar e quantificar o mais corretamente possível as volatilidades e correlações dos fatores que impactam a dinâmica do preço do ativo.

**Risco de Liquidez** – decorre da incapacidade de honrar os compromissos assumidos, resultante do desequilíbrio de caixa gerado pelo descasamento dos prazos de vencimentos das operações ativas e passivas.

**Risco de Crédito** – está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. As perdas podem estar relacionadas à recursos que não mais serão recebidos.

**Risco de Legal** – está relacionado a possíveis perdas quando um contrato não pode ser legalmente amparado. Pode-se incluir aqui riscos de perdas por documentação insuficiente, insolvência, ilegalidade, falta de representatividade e/ou autoridade por parte de um negociador, etc.

**Risco de Operacional** – está relacionado a possíveis perdas como resultado de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gerenciamento e erros humanos.

## Plano de Benefícios (Plano II)

Principais características do Plano:

- **Tipo:** Contribuição Variável (CV)
- **Cadastro Nacional de Plano de Benefício (CNPB):** 1998001229
- **Meta de Rentabilidade:** IGP-DI + 5,75% ao ano
- **Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ):** Katya Elvira Paste
- **Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB):** Ricardo Gobbi
- **Período de Referência:** Janeiro de 2018 a dezembro de 2018

A tabela a seguir mostra a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.792, e eventuais sub-segmentos em que a Baneses poderá manter aplicações:

### ALOCAÇÃO DE RECURSOS

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	75,25%	30%	100%
Renda Variável	70%	13,92%	0%	40%
Investimentos Estruturados	20%	5,69%	0%	10%
Investimentos no Exterior	10%	0,91%	0%	2%
Imóveis	8%	1,68%	0%	4%
Operações com Participantes	15%	2,55%	0%	15%

A alocação-objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração da Política de Investimentos. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

Abaixo, apresentamos o benchmark e as metas de rentabilidade definidos para cada segmento de aplicação:

## BENCHMARK E METAS DE RENTABILIDADE

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	IGP-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 5,75% a.a.
Renda Fixa	CDI	IGP-DI + 4,0% a.a.
Renda Variável	IBrX	IGP-DI + 8,0% a.a.
Investimentos Estruturados	IGP-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 7,5% a.a.
Investimentos no Exterior	IBrX	IGP-DI + 8,0% a.a.
Imóveis	IGP-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 6,0% a.a.
Operações com Participantes	IGP-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 7,8% a.a.

Os investimentos em títulos e valores mobiliários de um mesmo emissor - conforme estabelecido pelo §1º, art. 41, de resolução CMN nº 3.792 - devem respeitar os seguintes limites:

## ALOCAÇÃO POR EMISSOR (% DOS RGRT)

EMISSOR	PI BANESES
Companhias com controle majoritário do governo federal	10%
Patrocinador do plano de benefícios	10%
Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen	5%
Tesouro estadual ou municipal	5%
Companhia aberta com registro na CVM ou assemelhada	5%
Organismo multilateral	5%
Companhia securitizadora	5%

Os investimentos com volume financeiro até 2% (dois por cento) dos recursos garantidores, acumulado a cada mês por modalidade de investimentos, estarão sujeitos à aprovação prévia dos órgãos competentes, conforme tabela abaixo:

## LIMITES DE ALÇADA

CARTEIRA PRÓPRIA	ÓRGÃO COMPETENTE
Títulos Públicos Federais com prazo superior a 10 anos para o vencimento	Conselho Deliberativo
Títulos Públicos Federais com prazo de até 10 anos para o vencimento	Diretoria Executiva
Títulos de Emissão de Instituições Financeiras	Diretoria Executiva
Debêntures	Conselho Deliberativo
Empréstimos de Títulos de Renda Fixa	Conselho Deliberativo
Empréstimos de Ações	Conselho Deliberativo
Aquisição de Ações	Conselho Deliberativo
Parcerias Público-Privadas	Conselho Deliberativo
Outros Investimentos	Conselho Deliberativo

FUNDOS DE INVESTIMENTO	ÓRGÃO COMPETENTE
Fundos de Investimento de Renda Fixa	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado Institucionais	Diretoria Executiva
Fundos de Crédito	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado não-institucionais	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento em Ações (FIA)	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento no Exterior	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento Imobiliário	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento Exclusivos	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento em Participações	Conselho Deliberativo

A gestão dos Fundos de Investimentos em Ações (FIA) deverá seguir os critérios definidos pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Conselho Deliberativo, em seus respectivos processos de execução, baseada na metodologia de otimização de carteiras e seguindo os limites objetivo para aplicações e resgates, conforme as barreiras superiores e inferiores definidas. As movimentações deverão ser aprovadas pela Diretoria Executiva, conforme limites de alçadas definidos por esta Política de Investimentos.

No que tange à organização de seus investimentos, baseada nos segmentos propostos pela legislação aplicável, a BANESES adota a estrutura gerencial de mandatos para o monitoramento de seus investimentos. A tabela a seguir apresenta a estrutura de mandatos adotada, com seus respectivos benchmarks.

## MANDATOS

MANDATO	BENCHMARK
Carteira Renda Fixa	IGP-DI + 5,75% a.a.
FI Renda Fixa	CDI
FI Renda Fixa Inflação	IMA-B
FI Renda Fixa Crédito	CDI + 1,40% a.a.
FI Multimercado EFPC	CDI + 1,00% a.a.
FI Multimercad Estruturados	CDI + 2,00% a.a.
Carteira Renda Variável	IBrX
FI Renda Variável Passivo	IBrX
FI Renda Variável Ativo	IBrX + 2,00% a.a.

## GESTÃO DOS RECURSOS

- **Tipo de Administração dos Recursos:** Mista (interna e externa)
- **Periodicidade de Avaliação dos Gestores Externos:** Semestral
- **Crítérios de Contratação de Gestores:** Capacitação Técnica, Estrutura de Suporte e de Controle, Rentabilidade Histórica Auferida, Riscos Incorridos, Custos, Total de Recursos Administrados e Histórico da Empresa e dos Controladores.

Nas ocasiões em que a Baneses alocar recursos em fundos de investimento exclusivos, será realizado o acompanhamento da adequação dos mandatos destinados aos gestores quanto aos limites de investimento em cada segmento disponível, quanto à exposição, aos fatores de risco, incorrida pela Fundação, quanto aos ativos elegíveis e quanto aos limites de VaR (Value at Risk) incorridos pela Baneses.

A Baneses faz o acompanhamento das estratégias formuladas e dos desempenhos.

## CONTROLE DE RISCOS

“Em linha com o que estabelece o Capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, da Resolução CMN nº 3792, a política de riscos, da Baneses, estabelece quais são os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

A política de riscos disciplina, ainda, o controle de riscos referente ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792 e pela política de investimento da Baneses.

A Baneses monitora e controla os riscos abaixo, através da prestação de serviço de empresas de consultoria e/ou sistemas de controles internos.”

**Risco de Mercado** – depende do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado. Para entender e medir possíveis perdas devido às flutuações do mercado é importante identificar e quantificar o mais corretamente possível as volatilidades e correlações dos fatores que impactam a dinâmica do preço do ativo.

**Risco de Liquidez** – decorre da incapacidade de honrar os compromissos assumidos, resultante do desequilíbrio de caixa gerado pelo descasamento dos prazos de vencimentos das operações ativas e passivas.

**Risco de Crédito** – está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. As perdas podem estar relacionadas à recursos que não mais serão recebidos.

**Risco de Legal** – está relacionado a possíveis perdas quando um contrato não pode ser legalmente amparado. Pode-se incluir aqui riscos de perdas por documentação insuficiente, insolvência, ilegalidade, falta de representatividade e/ou autoridade por parte de um negociador, etc.

**Risco de Operacional** – está relacionado a possíveis perdas como resultado de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gerenciamento e erros humanos.

## Plano de Benefícios (Plano III)

A gestão dos recursos dos novos planos constituídos pela EFPC, conforme previsto no artigo 54 da Resolução CMN nº 3.792/2009, determina como facultativa a elaboração de Política de Investimentos no primeiro exercício subsequente à data de recebimento da primeira contribuição, e que os limites de alocação, alocação por emissor e concentração são facultativos nos 24 meses subsequentes ao recebimento da primeira contribuição. Assim, a Fundação Banestes já deu início aos estudos para a elaboração da Política de Investimentos do Plano III de Benefícios.

Responsável pela Aplicação dos Recursos da Entidade

**KATYA ELVIRA PASTE**  
Diretora de Investimentos  
CPF: 896.497.457-34

Aprovação da Política pelo Conselho Deliberativo

Data: 19 de dezembro de 2017  
Ata CD: Livro 47 / Página 26/30.

# INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁIS

## PARTICIPANTES • PLANO II

DESCRIÇÃO	2017	2016
Participantes Ativos	1.725	1.901
Participantes Autopatrocinados	51	53
Participantes Vinculados	2	2
Pensionistas	271	266
Aposentados	1.920	1.824

## COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIAIS • PLANO II

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	VALORES R\$ MIL		QUANTIDADE	
	2017	2016	2017	2016
Ap. Tempo de Contribuição	60.020	55.694	862	784
Ap. Antecipada	30.024	28.047	833	814
Ap. Idade	125	104	15	13
Ap. Invalidez	3.766	3.618	179	183
Ap. Especial	52	49	2	2
Benefício Proporcional Diferido	1.089	999	29	28
Pensão Por Morte	10.065	9.098	271	266
Benefício Prestação Única	9.351	4.154	16	23
Pecúlio Por Morte	1.183	1.577	15	34
Institutos	5.640	1.953	15	18

## COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIAIS • PLANO II

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO/ANO	2017	2016	%
Contribuição de Ativos	12.006	11.955	0,43
Contribuição de Assistidos	10.287	9.732	5,70
Contribuição de Patrocinadora	9.011	9.154	(1,56)
Contribuição de Autopatrocinados	288	468	(38,46)
Outros Recursos Correntes	4.287	16.414	(73,88)
Provisões / Remuneração em Atraso / Portabilidade	2.700	774	248,84
<b>Total</b>	<b>38.579</b>	<b>48.498</b>	<b>141,07</b>

## PROVISÕES MATEMÁTICAS • PLANO II

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO/ANO	2017	2016	%
<b>EXIGÍVEL ATUARIAL</b>	<b>1.604.250</b>	<b>1.531.571</b>	<b>4,75</b>
Provisões Matemáticas	1.604.250	1.531.571	4,75
Benefícios Concedidos	1.068.694	1.003.758	6,47
Benefícios a Conceder	535.556	527.813	1,47

## PARTICIPANTES • PLANO III

DESCRIÇÃO	2017	2016
Participantes Ativos	505	0

## COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIAIS • PLANO III

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	VALORES R\$ MIL	QUANTIDADE
	2017	2017
Institutos	6	3

## COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIAIS • PLANO III

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO/ANO	2017
Contribuição de Ativos	1.752
Contribuição de Patrocinadora	1.661
Remuneração em Atraso / Portabilidade	-
<b>Total</b>	<b>3.413</b>

## PROVISÕES MATEMÁTICAS • PLANO III

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO/ANO	2017
<b>EXIGÍVEL ATUARIAL</b>	<b>3.448</b>
Provisões Matemáticas	3.448
Benefícios a Conceder	3.448

# DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E NOTAS EXPLICATIVAS

## BALANÇO PATRIMONIAL

(Em R\$ mil)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>162</b>	<b>361</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>2.457</b>	<b>2.872</b>
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>1.611.249</b>	<b>1.537.574</b>	Gestão Previdencial	1.431	1.804
Gestão Previdencial	61.243	112.775	Gestão Administrativa	988	995
Gestão Administrativa	41	428	Investimentos	38	73
Investimentos	1.549.965	1.424.371	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>11.633</b>	<b>10.024</b>
Títulos Públicos	1.101.396	1.099.120	Gestão Previdencial	11.633	10.024
Ações	63.306	49.370	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>1.598.127</b>	<b>1.526.237</b>
Fundos de Investimentos	312.376	214.025	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.582.162	1.509.995
Investimentos Imobiliários	34.240	25.229	Provisões Matemáticas	1.607.697	1.531.571
Empréstimos	38.647	36.627	Benefícios Concedidos	1.068.694	1.003.758
<b>PERMANENTE</b>	<b>806</b>	<b>1.198</b>	Benefícios a Conceder	539.003	527.813
Imobilizado	417	570	Equilíbrio Técnico	(25.535)	(21.576)
Intangível	53	628	Resultados Realizados	(25.535)	(21.576)
Diferido	336	-	Superávit Técnico Acumulado	-	-
Fomento	336	-	(-) Déficit Técnico Acumulado	(25.535)	(21.576)
			Fundos	15.965	16.242
			Fundos Previdenciais	6	-
			Fundos Administrativos	15.959	16.242
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.612.217</b>	<b>1.539.133</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.612.217</b>	<b>1.539.133</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO II DE BENEFÍCIOS

(Em R\$ mil)

Descrição	2017	2016	Varição (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>1.608.013</b>	<b>1.538.138</b>	<b>4,54</b>
Disponível	131	211	(37,91)
Recebível	77.124	129.017	(40,22)
Investimento	1.530.758	1.408.910	8,65
Títulos Públicos	1.086.393	1.084.508	0,17
Ações	63.306	49.371	28,23
Fundos de Investimento	308.172	213.175	44,56
Investimentos Imobiliários	34.240	25.229	35,72
Empréstimos e Financiamentos	38.647	36.627	5,52
<b>2. Obrigações</b>	<b>13.412</b>	<b>11.901</b>	<b>12,70</b>
Operacional	1.779	1.877	(5,22)
Contingencial	11.633	10.024	16,05
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>15.887</b>	<b>16.242</b>	<b>(2,19)</b>
Fundos Administrativos	15.887	16.242	(2,19)
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>1.578.714</b>	<b>1.509.995</b>	<b>4,55</b>
Provisões Matemáticas	1.604.249	1.531.571	4,75
Superávit/Déficit Técnico	(25.535)	(21.576)	18,35
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Equilíbrio Técnico	(25.535)	(21.576)	18,35
b) (+/-) Ajuste de Precificação	90.932	95.710	(4,99)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	65.397	74.134	(11,79)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO III DE BENEFÍCIOS

(Em R\$ mil)

Descrição	2017
<b>1. Ativos</b>	<b>3.531</b>
Disponível	12
Recebível	78
Investimento	3.441
Fundos de Investimento	3.441
<b>2. Obrigações</b>	<b>6</b>
Operacional	6
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>72</b>
Fundos Administrativos	72
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>-</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>3.453</b>
Provisões Matemáticas	3.447
Fundos Previdenciais	6
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>-</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO II DE BENEFÍCIOS

(Em R\$ mil)

Descrição	2017	2016	Variação (%)
<b>A) Ativo Líquido - Início do exercício</b>	<b>1.509.995</b>	<b>1.387.699</b>	<b>8,81</b>
<b>1. Adições</b>	<b>202.687</b>	<b>239.060</b>	<b>(15,21)</b>
(+) Contribuições	40.576	52.492	(22,70)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	162.111	186.568	(13,11)
<b>2. Destinações</b>	<b>(133.968)</b>	<b>(116.764)</b>	<b>14,73</b>
(-) Benefícios	(130.197)	(113.877)	14,33
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1.612)	(780)	106,67
(-) Custeio Administrativo	(2.159)	(2.107)	2,47
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>68.719</b>	<b>122.296</b>	<b>(43,81)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	72.678	133.257	(45,46)
(+/-) Superávit / Déficit Técnico do Exercício	(3.959)	(10.961)	(63,88)
<b>4. Operações Transitórias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)</b>	<b>1.578.714</b>	<b>1.509.995</b>	<b>4,55</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>(355)</b>	<b>241</b>	<b>(247,30)</b>
(+/-) Fundos Administrativos	(355)	241	(247,30)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO III DE BENEFÍCIOS

(Em R\$ mil)

Descrição	2017
<b>A) Ativo Líquido - Início do exercício</b>	<b>-</b>
<b>1. Adições</b>	<b>3.620</b>
(+) Contribuições	3.574
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	46
<b>2. Destinações</b>	<b>(167)</b>
(-) Benefícios	(6)
(-) Custeio Administrativo	(161)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>3.453</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	3.447
(+/-) Fundos Previdenciais	6
<b>4. Operações Transitórias</b>	<b>-</b>
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)</b>	<b>3.453</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>72</b>
(+/-) Fundos Administrativos	72

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>1.526.237</b>	<b>1.403.700</b>	<b>8,73</b>
<b>1. Adições</b>	<b>211.834</b>	<b>245.184</b>	<b>(13,60)</b>
(+) Contribuições Previdenciais	41.830	50.385	(16,98)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	162.157	186.568	(13,08)
(+) Receitas Administrativas	6.358	6.218	2,25
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.489	2.013	(26,03)
<b>2. Destinações</b>	<b>(139.944)</b>	<b>(122.647)</b>	<b>14,10</b>
(-) Benefícios	(130.204)	(113.877)	14,34
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1.612)	(780)	106,67
(-) Despesas Administrativas	(8.128)	(7.990)	1,73
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>71.890</b>	<b>122.537</b>	<b>(41,33)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	76.126	133.257	(42,87)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(3.959)	(10.961)	(63,88)
(+/-) Fundos Previdenciais	6	-	N/A
(+/-) Fundos Administrativos	(283)	241	(217,43)
<b>4. Operações Transitórias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)</b>	<b>1.598.127</b>	<b>1.526.237</b>	<b>4,71</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

N/A - Não se Aplica

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO II DE BENEFÍCIOS

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.592.217</b>	<b>1.521.896</b>	<b>4,62</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>1.604.250</b>	<b>1.531.571</b>	<b>4,75</b>
<b>1.1 Benefícios Concedidos</b>	<b>1.068.694</b>	<b>1.003.758</b>	<b>6,47</b>
Benefício Definido	1.068.694	1.003.758	6,47
<b>1.2 Benefícios a Conceder</b>	<b>535.556</b>	<b>527.813</b>	<b>1,47</b>
Contribuição Definida	475.914	469.368	1,39
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	207.737	203.977	1,84
Saldo de Contas - parcela participantes	268.177	265.391	1,05
Benefício Definido	59.642	58.445	2,05
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>(25.535)</b>	<b>(21.576)</b>	<b>18,35</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>(25.535)</b>	<b>(21.576)</b>	<b>18,35</b>
(-) Déficit técnico acumulado	(25.535)	(21.576)	18,35
<b>2.2. Resultados a realizar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>3. Fundos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>1.870</b>	<b>1.877</b>	<b>(0,37)</b>
4.1. Gestão Previdencial	1.779	1.804	(1,39)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	91	73	24,66
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>11.633</b>	<b>10.024</b>	<b>16,05</b>
5.1. Gestão Previdencial	11.633	10.024	16,05

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO III DE BENEFÍCIOS

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2017
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>3.458</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>3.447</b>
<b>1.1 Benefícios Concedidos</b>	<b>-</b>
<b>1.2 Benefícios a Conceder</b>	<b>3.447</b>
Contribuição Definida	3.447
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	1.678
Saldo de Contas - parcela participantes	1.769
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>-</b>
<b>3. Fundos</b>	<b>6</b>
3.1. Fundos Previdenciais	6
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>6</b>
4.1. Gestão Previdencial	6
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>-</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>16.242</b>	<b>16.001</b>	<b>1,51</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>7.845</b>	<b>8.231</b>	<b>(4,69)</b>
<b>1.1 Receitas</b>	<b>7.845</b>	<b>8.231</b>	<b>(4,69)</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.320	2.107	10,11
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.434	3.519	(2,42)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	603	589	2,38
Receitas Diretas	-	-	
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.488	2.013	(26,08)
Outras Receitas	-	3	(100,00)
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>8.128</b>	<b>7.990</b>	<b>1,73</b>
<b>2.1 Administração Previdencial</b>	<b>4.694</b>	<b>4.471</b>	<b>4,99</b>
Pessoal e encargos	3.179	3.078	3,28
Treinamentos/congressos e seminários	15	23	(34,78)
Viagens e estadias	10	17	(41,18)
Serviços de terceiros	452	360	25,56
Despesas gerais	320	311	2,89
Depreciações e amortizações	427	380	12,37
Tributos	291	302	(3,64)
<b>2.2 Administração dos Investimentos</b>	<b>3.434</b>	<b>3.519</b>	<b>(2,42)</b>
Pessoal e encargos	2.388	2.376	0,51
Treinamentos/congressos e seminários	14	19	(26,32)
Viagens e estadias	14	23	(39,13)
Serviços de terceiros	562	636	(11,64)
Despesas gerais	196	199	(1,51)
Depreciações e amortizações	66	65	(1,54)
Tributos	194	201	(3,48)
<b>3. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)</b>	<b>(283)</b>	<b>241</b>	<b>(217,43)</b>
<b>4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)</b>	<b>(283)</b>	<b>241</b>	<b>(217,43)</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)</b>	<b>15.959</b>	<b>16.242</b>	<b>(1,74)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses é entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, por prazo indeterminado. Foi instituída em 11 de julho de 1972, tendo atualmente como Patrocinadores, o Banestes S/A - Banco do Estado do Espírito Santo, Banestes Seguros S/A, Banestes Administradora e Corretora de Seguros LTDA, Banestes Clube de Seguros, Banestes DTVM e a Fundação Banestes. A Baneses segue as normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social e Conselho Monetário Nacional.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Baneses tem como objetivo instituir planos privados de concessão de benefícios de renda ou de pecúlio, suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

Os recursos de que a Fundação Banestes de Seguridade Social dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de seus Patrocinadores, Participantes e Assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

## 2. PLANOS ADMINISTRADOS

### Plano II de Aposentadoria

A Baneses partir de 01/05/1998 implantou um novo plano, denominado Plano II de Aposentadoria, permitindo que aqueles que participavam do Plano I de Aposentadoria se transferissem para o Plano II de Aposentadoria. Durante o período em que foi possibilitada essa transferência, todos os participantes do Plano I (Ativos e Assistidos) optaram pela adesão ao novo Plano (Plano II de Aposentadoria).

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, por meio da Portaria nº 602 publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou alterações do regulamento do Plano II de Aposentadoria proposta pela Administração da Baneses. Com essa aprovação, a partir do dia 30/10/2013, o Plano II de Aposentadoria da Baneses está fechado para a adesão de novos participantes.

Os benefícios do Plano II de Aposentadoria são custeados através de contribuições mensais dos participantes ativos e das patrocinadoras, em alíquotas a partir de 3%, incidentes sobre salário de participação recebidas pelos participantes. A contribuição normal das patrocinadoras é paritária às contribuições dos participantes, limitada à contribuição de 9%. O Plano II é custeado também através de contribuições mensais dos assistidos, incidentes sobre o valor dos benefícios originados das reservas constituídas no Plano I, em alíquotas progressivas de acordo com a tabela atualizada em setembro de cada ano, com percentual mínimo de 10% (não aplicado para os benefícios de pensão e invalidez).

Em 24/12/2014, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou alteração do Estatuto da Fundação Banestes de Seguridade Social que trata dos critérios para nomeação da Diretoria Executiva da entidade. Com a alteração, o diretor de Seguridade passa a ser eleito pela maioria dos votos diretos dos participantes e assistidos da Baneses.

## Plano III de Aposentadoria

Em 15/02/2017, por meio da Portaria nº 149, a Previc aprovou o Regulamento do Plano III de Aposentadoria, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB sob o nº 2017.0002-56 e administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses, na modalidade de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação foi 02 de maio de 2017.

## Plano de Gestão Administrativa

O Plano de Gestão Administrativa – PGA foi criado com a finalidade de controlar as operações administrativas, em conformidade com seu regulamento que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa dos planos de benefícios de responsabilidade da Baneses.

## Dados Previdenciários – Estatística de participantes e assistidos.

Quantidade em 31/12/2017:

<b>PLANO II DE APOSENTADORIA</b>	
- ASSISTIDOS	1.920
- PENSIONISTAS	271
- AUTOPATROCINADOS	51
- VINCULADOS	2
- PARTICIPANTES	2.230
<b>PLANO III DE APOSENTADORIA</b>	
- PARTICIPANTES	505

## 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 2017 e 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como pelas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS, pelas normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, através da Resolução CNPC nº 8, de 31/10/2011, pela Previc por meio da Instrução SPC nº 34, de 24/07/2009, alterada pelas Instruções Previc nºs 05, de 08/09/2011, 21, de 23/03/2015 e 25 de 17/12/2015, pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22/01/2010, que aprova a ITG 2001 (antiga sigla NBC TE 11), e pelas práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos, sejam circulantes e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observado a gestão previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 NBC TG 26.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis pela Diretoria Executiva da Baneses ocorreu em 14/03/2018.

De acordo com a Resolução CNPC 08/11, são apresentadas as seguintes demonstrações contábeis, respectivamente com a finalidade de evidenciar:

- **Balço Patrimonial (Consolidada)** - os saldos das contas de ativo, passivo e patrimnio social dos planos.
- **Demonstraço da Mutaço do Patrimnio Social - DMPS** (Consolidada) - as modificaçoes ocorridas no patrimnio social dos planos.
- **Demonstraço do Ativo Lquido - DAL** (Por plano de benefcios) - a composiço do ativo lquido disponvel para cobertura das obrigaçoes atuariais.
- **Demonstraço da Mutaço do Ativo Lquido - DMAL** (Por plano de benefcios) - as mutaçoes ocorridas no ativo lquido ao final do exercicio.
- **Demonstraço do Plano de Gestao Administrativa - DPGA** (Consolidada) - o resultado das atividades administrativas da Entidade e as mutaçoes do fundo administrativo ocorridas ao final do exercicio.
- **Demonstraço das Provisoes Tcnicas - DPT** (Por plano de benefcios) - a composiço das provisoes tcnicas.

### Consolidaço das Demonstraçoes

As demonstraçoes contbeis foram preparadas em conformidade com os princpios de consolidaço, emanados da legislaço societria brasileira e em atendimento a Resoluço CNPC n° 8, de 31/10/2011, Instruço SPC n°. 34, de 24/09/2009 e a ITG 2001 - Entidades Fechadas de Previdncia Complementar.

As contas passveis de ajustes e eliminaçoes sã: "Superavit Tcnico, Dfcit Tcnico, migraçoes entre planos, Compensaçoes de Fluxos Previdenciais, Participaço no Plano de Gestao Administrativa e Participaço no Fundo Administrativo PGA".

Essas prticas seguem princpios, mtodos e critrios uniformes em relaço às Demonstraçoes Contbeis do Exercicio Social anterior.

No processo de consolidaço das demonstraçoes contbeis da Banestes foram realizadas as seguintes eliminaçoes no exercicio findo em 31/12/2017:

DESCRIÇO	PLANO II	PLANO III	PLANO CONSOLIDADO
Gestao Administrativa - Participaço no PGA	15.887	72	(15.959)
Outros Realizaveis	313	-	(316)
Cobertura Custeio Administrativo	260	(3)	(263)
Taxa de Administraço de Emprstimos	53	-	(53)
<b>Total do Ativo</b>	<b>16.200</b>	<b>72</b>	<b>(16.275)</b>
Gestao Previdencial - Outras Exigibilidades	(260)	(3)	263
Investimentos - Emprstimos e Financiamentos	(53)	-	53
Fundos - Participaço no Fundo Administrativo	(15.887)	(72)	15.959
<b>Total do Passivo</b>	<b>(16.200)</b>	<b>(72)</b>	<b>16.275</b>

## 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escrituraço contbil é centralizada em sua sede e est revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatrios, capazes de assegurar sua exatido.

As prticas contbeis e procedimentos adotados na elaboraço das demonstraçoes contbeis estao resumidos como segue:

**a) Realizável Gestão Previdencial:** registra, principalmente, o compromisso assumido pelo Governo do Estado do Espírito Santo com a Fundação Banestes de Seguridade Social, dentro do processo de saneamento do Banestes S/A, conforme contrato firmado em 29/06/1998, no valor histórico de R\$ 147.000, com amortização em 240 (duzentos e quarenta) meses atualizados pela TR + 8% (oito por cento) a.a. até 30/12/2002 e, por força de aditivo contratual, IGP-DI + 6% a.a. a partir de 31/12/2002. O saldo devedor dessa operação em 31/12/2017 é de R\$ 51.206 (R\$ 104.384 em 31/12/2016).

**b) Realizável Gestão Administrativa:** em conformidade com a Resolução CGPC N° 8, de 31/10/2011 e Instrução SPC n° 34 de 24/09/2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefício previdencial.

REALIZÁVEL GESTÃO ADMINISTRATIVA	2017	2016
Gestão Administrativa	357	428
Contas à Receber	41	36
Outros Realizáveis	316	392

**c) Realizável Investimentos:**

**Renda Fixa:** representa as aplicações com rendas definidas, podendo ser pré-fixadas ou pós-fixadas. Os títulos para negociação são avaliados a valor de mercado e os títulos mantidos até o vencimento são atualizados pelos rendimentos incorridos até a data do balanço.

**Renda Variável:** representa as aplicações em ações, contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagens e demais taxas e foram avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, procedimento adotado a partir de 01/07/2008, em conformidade com as disposições da Resolução CGPC n° 25, de 30/06/2008. As ações que não são negociadas em Bolsa de Valores são avaliadas pelo preço de custo ou valor patrimonial, dos dois o menor.

A variação apurada em decorrência do confronto do valor contábil e o da avaliação de mercado foi apropriada diretamente à conta de resultado.

**Investimentos Imobiliários:** estão demonstrados ao custo de aquisição, depreciados pelo método linear à taxa de 2% ao ano e ajustados periodicamente, de acordo com avaliações a valor de mercado em, no máximo três (3) anos. Os aluguéis e alienação foram atualizados pelas taxas contratadas.

Neste exercício de 2017 foi realizada reavaliação imobiliária através da empresa Consulting Engenharia S/S Ltda., CNPJ n°. 02.480.066/0001-51, pelo método comparativo de dados de mercado.

O resultado do laudo definiu o valor de mercado dos referidos investimentos em R\$ 9.290 acima do valor contábil correspondente. Os efeitos desta reavaliação foram registrados no realizável dos investimentos.

DESCRIÇÃO	VALOR CONTÁBIL (A)	VALOR REAVALIADO (B)	RESULTADO (B-A)
Edificações	24.991	34.281	9.290

**Operações com Participantes:** representam os empréstimos concedidos aos participantes e são registrados pelo valor concedido, ajustado pela variação mensal do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e juros de 0,63% a.m. Os empréstimos se sujeitam ainda ao IOF – Imposto sobre Operações Financeiras, calculado com base no valor do empréstimo, cobrado no ato da liberação.

#### d) Permanente:

**Imobilizado:** está demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31/12/1995. Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da Baneses são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimado na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Móveis e Utensílios	10,00% a. a.
Máquinas e Equipamentos	10,00% a. a.
Sistemas de Comunicação	10,00% a. a.
Computadores e Periféricos	20,00% a. a.
Sistemas Computacionais	20,00% a. a.

**Intangível:** composto pelo Sistema de Benefícios desenvolvido pela Baneses e pelos custos com o desenvolvimento do Sistema de Empréstimos em andamento.

**Diferido:** Composição de custo de desenvolvimento (Fomento) do Plano III de Aposentadoria, com saldo em 31/12/2017 no montante de R\$ 336 (R\$ 388 em 31/12/2016). A taxa de amortização é de 20,00% ao ano.

**e) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD:** a provisão para perdas prováveis dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo “A” da Instrução Normativa SPC nº 34, de 24/09/2009. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;

50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;

75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e

100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

#### f) Ativos Contingentes:

Em atenção ao disposto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.180, de 04/08/2009 e pronunciamentos Contábeis – CPC, que estabelece a necessidade de uma breve descrição da natureza do ativo contingente, quando for provável a entrada de benefício econômico.

Apresentamos a seguir os ativos contingentes da BANESES em 31 de dezembro de 2017:

Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND:

O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) foi criado em 23/07/1986 pela União com a finalidade de fornecer recursos para a realização de investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas. A Baneses, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do art. 7 do Decreto-Lei n.º 2.288, de 23/07/1986, adquiriu compulsoriamente cotas de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND

que foi a forma de captação de recursos determinada pelo governo naquela época, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional – OTN.

Até janeiro de 1989, a remuneração dos títulos foi atualizada pela OTN, e a partir de fevereiro de 1989 pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC, conforme art. 10 da Lei n.º 7.738, de 09/03/1989 acrescentado pela Lei n.º 7.764, de 02/05/1989. Posteriormente, com a publicação da Lei n.º 8.177 de 04/03/1991, art. 38, os saldos das OFNDs seriam reajustados pela Taxa Referencial –TR.

A Baneses é parte de ação ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP que objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das OFNDs e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. A ABRAPP iniciou a execução do processo com o ingresso de petição em 28/06/2011 no montante aproximado de R\$ 20.797, o qual representa a parte da Baneses. Embora o julgamento da ação, em segunda instância, tenha sido favorável à ABRAPP, tendo tal decisão já transitada em julgado com petição de execução, a Baneses não registrou contabilmente por existirem questões que envolvem a recuperação desse ativo, tais como: incerteza do valor a ser recebido e o prazo de encerramento da referida ação (processo ainda em fase de execução). Em 14/10/2011 a PREVIC encaminhou Ofício n.º 4.621/2011/CGMC/DIACE/PREVIC não autorizando o registro contábil. Até o momento os valores da liquidação ainda continuam sendo discutidos.

**g) Exigível Operacional:** demonstra as obrigações decorrentes de direitos a benefícios pelos participantes, salários dos empregados da entidade, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais e recebimentos de receitas antecipadas.

**h) Exigível Contingencial:** é representado por provisões constituídas com base em estimativas apuradas pela Assessoria Jurídica que classificam as contingências com chance de perda provável, possível e remota. Quando a expectativa de perda é remota não é constituída provisão, quando é possível são evidenciadas em nota explicativa, e a provável perda é provisionada.

A Administração da Fundação Banestes entende que as provisões constituídas são suficientes para atender às eventuais perdas decorrentes de processos administrativos e/ou judiciais.

**i) Provisões Matemáticas:** São apuradas no final do exercício e representam os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos assistidos e participantes, trazidos a valor presente.

**j) Fundos:** são recursos constituídos e destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- Fundo Administrativo: tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da entidade. O fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados na administração dos planos de benefícios.
- Fundo de Reversão de Excedentes – FRE: fundo de natureza coletiva, que será constituído em quantitativo de cotas por sobras de Contas previstas no regulamento, no caso de Resgate.

As mutações do exercício foram:

#### Fundos Administrativos

DISCRIMINAÇÃO	FUNDO ADMINISTRATIVO PLANO II	FUNDO ADMINISTRATIVO PLANO III	TOTAL
Saldos em 31/12/2016	16.242	-	16.242
Constituição / Reversão de Fundos	(355)	72	(283)
Saldos em 31/12/2017	15.887	72	15.959

## Fundo Previdencial

DISCRIMINAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIAL PLANO III	TOTAL
SalDOS em 31/12/2016	-	-
Constituição / Reversão de Fundos	6	6
SalDOS em 31/12/2017	6	6

**k) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas:** as adições e deduções, receitas e despesas, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas são escrituradas pelo regime contábil de competência.

As rendas/variações positivas de dividendos, bonificações e juros sobre o capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações são reconhecidas após publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas das empresas investidas.

## 5. INVESTIMENTOS

Em 31/12/2017 e em 31/12/2016 a Banestes possuía os seguintes investimentos em garantia das provisões matemáticas dos planos de benefícios:

### Composição da Carteira de Investimentos: Plano II de Aposentadoria

INVESTIMENTOS	EXERCÍCIO 2017 (R\$ MIL)	EXERCÍCIO 2016 (R\$ MIL)
<b>Títulos Públicos Federais</b>	<b>1.086.394</b>	<b>1.084.508</b>
Notas do Tesouro Nacional	1.004.290	1.009.998
Letras Financeiras do Tesouro	82.104	74.510
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ações</b>	<b>63.306</b>	<b>49.370</b>
Instituições Financeiras	3.507	2.750
Companhias Abertas	27.871	23.858
Patrocinadores	31.928	22.762
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>308.172</b>	<b>213.175</b>
Renda Fixa	115.837	69.539
Ações Mercado a Vista	125.022	101.336
Multimercado	47.065	23.727
Participações	14.624	13.224
Imobiliário	5.624	5.349
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>34.240</b>	<b>25.229</b>
Edificações para Uso Próprio	606	507
Edificações Locadas ao Patrocinador	33.162	24.382
Edificações para Renda	471	336
Aluguéis a Receber	1	4
<b>Empréstimos</b>	<b>38.647</b>	<b>36.627</b>
Empréstimos	38.647	36.627
<b>Total dos Recursos</b>	<b>1.530.759</b>	<b>1.408.908</b>

## Composição da Carteira de Investimentos: Plano III de Aposentadoria

INVESTIMENTOS	EXERCÍCIO 2017 (R\$ MIL)
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>3.441</b>
Renda Fixa	2.288
Multimercado	1.153
<b>Total dos Recursos</b>	<b>3.441</b>

E em 31/12/2017 e 31/12/2016 a Baneses possuía os seguintes investimentos em garantia da Gestão Administrativa.

## Composição da Carteira de Investimentos: Plano de Gestão Administrativa

INVESTIMENTOS	EXERCÍCIO 2017 (R\$ MIL)	EXERCÍCIO 2016 (R\$ MIL)
<b>Títulos Públicos Federais</b>	<b>15.002</b>	<b>14.612</b>
Letras Financeiras do Tesouro	15.002	14.612
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>763</b>	<b>850</b>
Renda Fixa	763	850
<b>Total dos Recursos</b>	<b>15.765</b>	<b>15.462</b>

### 5.1 Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, títulos e valores mobiliários:

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias:

- a) **Títulos para negociação** – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de provável realização;
- b) **Títulos mantidos até o vencimento** – quando a intenção da administração, considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimentos e classificação de risco do título.

A administração tem a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” em virtude da capacidade financeira da Baneses.

Os títulos classificados no item (a) são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração de resultados. Os títulos classificados no item (b) são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Em 31/12/2017 e 31/12/2016 os títulos estavam assim classificados: Plano II de Aposentadoria.

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO
<b>RENDA FIXA</b>		<b>2017</b>			<b>2016</b>	
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>101.621</b>	<b>125.030</b>	<b>125.030</b>	<b>63.537</b>	<b>80.342</b>	<b>80.342</b>
Multimercado	10.042	9.193	9.193	11.318	10.804	10.804
Renda Fixa	91.579	115.837	115.837	52.220	69.538	69.538
<b>Até 180 dias</b>	<b>5.481</b>	<b>7.185</b>	<b>7.185</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
LFT	5.481	7.185	7.185	-	-	-
<b>De 181 a 360 dias</b>	<b>2.984</b>	<b>3.927</b>	<b>3.927</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
LFT	2.984	3.927	3.927	-	-	-
<b>Acima de 360 dias</b>	<b>58.250</b>	<b>70.992</b>	<b>70.992</b>	<b>66.715</b>	<b>74.510</b>	<b>74.510</b>
LFT	58.250	70.992	70.992	66.715	74.510	74.510
<b>TOTAL - Renda Fixa</b>	<b>165.352</b>	<b>203.207</b>	<b>203.207</b>	<b>130.252</b>	<b>154.852</b>	<b>154.852</b>
<b>RENDA VARIÁVEL</b>		<b>2017</b>			<b>2016</b>	
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>101.054</b>	<b>125.022</b>	<b>125.022</b>	<b>92.724</b>	<b>101.336</b>	<b>101.336</b>
Ações - FIAs	101.054	125.022	125.022	92.724	101.336	101.336
<b>Ações</b>	<b>54.013</b>	<b>60.419</b>	<b>60.419</b>	<b>54.013</b>	<b>48.628</b>	<b>48.628</b>
Ações Banestes	20.498	31.007	31.007	20.498	22.635	22.635
Ações OI S.A. 1	10	1	1	10	-	-
Ações EDP - Energias do Brasil	5.621	13.427	13.427	5.621	13.038	13.038
Ações Bradesco	1.996	3.300	3.300	1.996	2.665	2.665
Ações Petrobrás	14.174	4.970	4.970	14.174	4.805	4.805
Ações Vale	11.716	7.715	7.715	11.716	5.485	5.485
<b>TOTAL - Renda Variável</b>	<b>155.067</b>	<b>185.441</b>	<b>185.441</b>	<b>146.737</b>	<b>149.964</b>	<b>149.964</b>
<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>		<b>2017</b>			<b>2016</b>	
Total de Fundos de Participação	22.284	14.624	14.624	16.384	13.224	13.224
Total de Fundos de Investimentos Multimercado Estruturado	34.189	37.872	37.872	12.500	12.924	12.924
Total de Fundos Imobiliário	4.075	5.624	5.624	4.075	5.349	5.349
<b>TOTAL - Investimentos Estruturados</b>	<b>60.549</b>	<b>58.120</b>	<b>58.120</b>	<b>32.959</b>	<b>31.497</b>	<b>31.497</b>
<b>TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO - TOTAL</b>	<b>380.968</b>	<b>446.768</b>	<b>446.768</b>	<b>309.949</b>	<b>336.313</b>	<b>336.313</b>
<b>TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO</b>	<b>CUSTO DE AQUISIÇÃO</b>	<b>VALOR CONTÁBIL</b>	<b>VALOR DE MERCADO 2</b>	<b>CUSTO DE AQUISIÇÃO</b>	<b>VALOR CONTÁBIL</b>	<b>VALOR DE MERCADO 2</b>
<b>RENDA FIXA<sup>2</sup></b>		<b>2017</b>			<b>2016</b>	
De 181 a 360 dias	14.356	15.922	16.246	11.832	30.579	30.735
NTN-C	-	-	-	11.832	30.579	30.735
NTN - B	14.356	15.922	16.246	-	-	-
Acima de 360 dias	713.813	985.229	1.141.897	728.170	979.419	1.090.633
NTN - C	100.506	208.304	251.239	100.506	209.612	241.545
NTN - B	613.308	776.926	890.657	627.664	769.806	849.089
<b>TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO</b>	<b>728.170</b>	<b>1.001.152</b>	<b>1.158.142</b>	<b>740.001</b>	<b>1.009.998</b>	<b>1.121.369</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.109.138</b>	<b>1.447.919</b>	<b>1.604.910</b>	<b>1.049.950</b>	<b>1.346.311</b>	<b>1.457.682</b>

<sup>1</sup> As ações OI S.A. foram adquiridas através da reorganização societária da Brasil Telecom, convertendo o total de ações Brasil Telecom em ações OI S.A.. O valor de aquisição do papel refere-se ao valor das ações OI S.A. no momento da conversão;

<sup>2</sup> O valor de mercado dos títulos públicos federais segue o divulgado pela ANBIMA para o dia 29.12.2017.

Em 31/12/2017 e 31/12/2016 os títulos estavam assim classificados: Plano de Gestão Administrativa.

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO
<b>RENDA FIXA</b>		<b>2017</b>			<b>2016</b>	
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>748</b>	<b>763</b>	<b>763</b>	<b>824</b>	<b>850</b>	<b>850</b>
Renda Fixa	748	763	763	824	850	850
<b>Até 180 dias</b>	<b>8.027</b>	<b>15.002</b>	<b>15.002</b>	-	-	-
LFT	8.027	15.002	15.002	-	-	-
<b>Acima de 360 dias</b>	-	-	-	<b>8.598</b>	<b>14.612</b>	<b>14.612</b>
LFT	-	-	-	8.598	14.612	14.612
<b>TOTAL - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>	<b>8.775</b>	<b>15.765</b>	<b>15.765</b>	<b>9.423</b>	<b>15.461</b>	<b>15.461</b>

## 5.2 Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais:

A resolução CNPC nº 16, de 19/11/2014, alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, estabelecendo novas condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de carácter previdenciário.

Em 04/02/2015, através da Instrução nº 19, definiu os critérios e procedimentos para o cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

Esse ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,75% a.a. e o valor contábil desses títulos. Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que têm por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão.

O ajuste de precificação está discriminado em Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL em 31/12/2017 e resultou no valor positivo de R\$ 90.932, assim demonstrado:

Data de Posição:	31/12/2017		
Meta Atuarial Utilizada:	5,75% a.a.		
POSIÇÃO	FINANCEIRO CARTEIRA	FINANCEIRO RECALCULADO	DIFERENÇA CONTÁBIL X RECALCULADO
NTN-B	622.577	681.016	58.439
NTN-C	208.304	240.797	32.493
<b>TOTAL</b>	<b>830.881</b>	<b>921.813</b>	<b>90.932</b>

Ajuste de precificação dos títulos públicos federais:

## CÁLCULO AJUSTE NTN-B E NTN-C

### DADOS PARA CÁLCULO

Data da Carteira:	31/12/2017
Taxa de Juros Real Anual:	5,75%

POSIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	VALOR DO AJUSTE
NTN-B Accrual	622.576.911,87	681.015.888,06	58.438.976,20
NTN-C Accrual	208.303.645,61	240.796.750,38	32.493.104,77
<b>TOTAL</b>	<b>830.880.557,48</b>	<b>921.812.638,45</b>	<b>90.932.080,97</b>

### ANÁLISE DAS DURAÇÕES

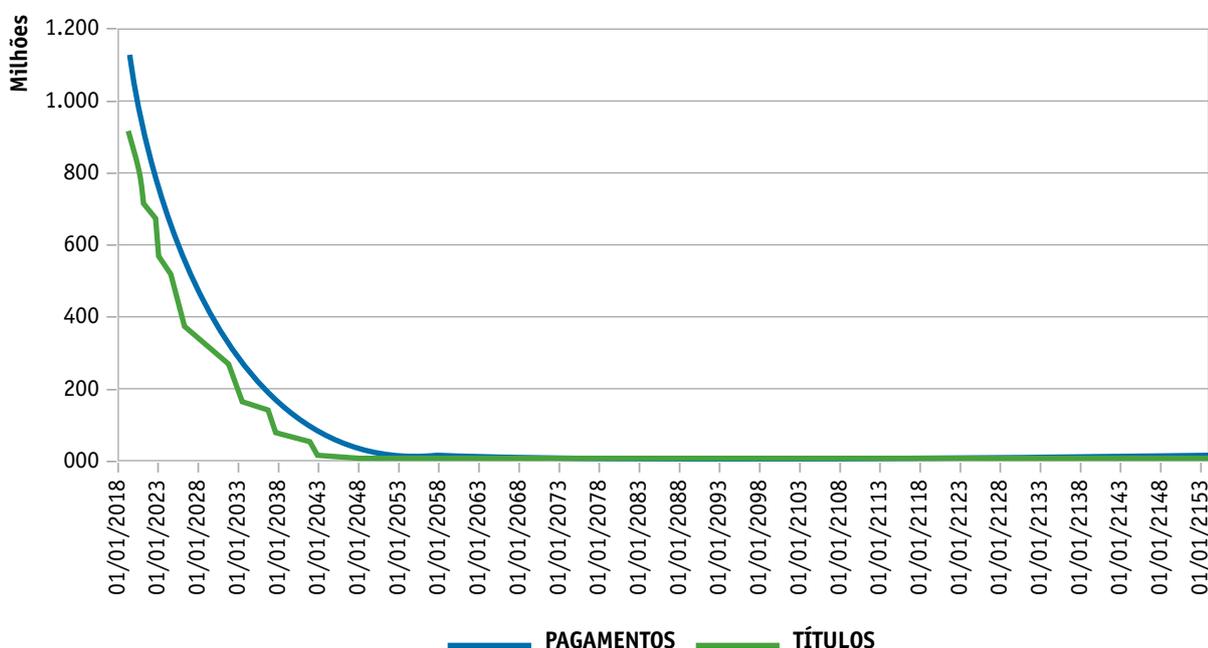
Art. 9º, inciso V da IN 19 da PREVIC de 04/02/2015	
Requisito atendido	
duração do passivo	9,09
duração dos títulos	8,09

### ANÁLISE DOS VP

Art. 9º, incisos III e IV da IN 19 da PREVIC de 04/02/2015	
Requisito atendido	

Referência do cálculo: a entidade fechada de previdência complementar (EFPC) deve utilizar planilha eletrônica específica divulgada na página da Previc, conforme verificado na Portaria nº 80, de 26/01/2018.

### ANÁLISE DOS VP (INICIAL E FLUXO REMANESCENTE)



## 6. EXIGÍVEL ATUARIAL

### 6.1 Provisões Matemáticas Plano II de Aposentadoria

As Provisões Matemáticas são constituídas e consignadas contabilmente com base em cálculos atuariais elaborados por consultoria atuarial externa, Mercer Human Resource Consulting e, conforme Parecer Atuarial datado de 09/03/2018, as provisões, avaliadas no regime *financeiro de capitalização*, estão desdobradas da seguinte forma:

- **Benefícios Concedidos:** representam os compromissos futuros da entidade para com os assistidos e com as pensões de dependentes.
- **Benefícios a Conceder:** representam os compromissos futuros da entidade para com os participantes.

A composição do exigível atuarial em 31/12/2017 e 31/12/2016 é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2017	2016
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>1.068.694</b>	<b>1.003.758</b>
<b>Benefícios Definido Estrut. Regime Capitalização</b>	<b>1.068.694</b>	<b>1.003.758</b>
Valor Atual Benefícios Futuros Programados	939.330	873.204
Valor Atual Benefícios Futuros não Programados	129.364	130.554
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>535.556</b>	<b>527.813</b>
<b>Contribuição Definida</b>	<b>475.914</b>	<b>469.368</b>
Saldo de Contas Parcela Patrocinador	207.737	203.976
Saldo de Contas Parcela Participante	268.177	265.392
<b>Benefícios Definido Estrut. Regime Capitalização</b>	<b>59.642</b>	<b>58.445</b>
Valor Atual dos Benefícios não programados	59.642	58.445
<b>Total de Provisões Matemáticas</b>	<b>1.604.250</b>	<b>1.531.571</b>

Os resultados ocorridos foram os seguintes:

MUTAÇÃO	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	BENEFÍCIOS A CONCEDER	TOTAL
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>1.003.758</b>	<b>527.813</b>	<b>1.531.571</b>
Apropriação a resultado	64.936	7.743	72.679
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>1.068.694</b>	<b>535.556</b>	<b>1.604.250</b>

Hipóteses Atuariais: apresentamos, a seguir, as principais hipóteses adotadas:

PLANO II DE APOSENTADORIA	2017	2016
Taxa real anual de juros (1)	5,75% a.a	5,75% a.a
Projeção de crescimento real de salário (1) (2)	2% a.a	2% a.a
Projeção de cresc. real do maior salário de benefício do INSS (1)	0% a.a	0% a.a
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1)	Plano I (- 2% a.a) Plano II 0% a.a	Plano I (- 2% a.a) Plano II 0% a.a
Fator de capacidade para os salários	0,98	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98	0,98
Hipótese sobre rotatividade (3)	3% até 40 anos e 1% entre 41 e 50 anos	3% até 40 anos e 1% entre 41 e 50 anos
Tábua de mortalidade de geral (4)	AT – 2000 suavizada em 10%	AT – 2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos (5)	AT – 49	AT – 49
Tábua de entrada de invalidez (6)	Mercer Disability	Mercer Disability

1) O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Para os benefícios do plano I oriundos da migração do plano I para o plano II o reajuste de benefícios não contempla o repasse integral do índice. Além de parte da inflação, medida pelo indexador do Plano, também é adicionado ao reajuste metade do rendimento em excesso à meta atuarial, conforme regulamento do Plano.

- (2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajuste salariais de longo prazo.
- (3) A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativas futuras das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de Participantes do Plano.
- (4) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo sem agravamentos.
- (5) Foi utilizada a tábua AT-49, segregada por sexo sem agravamentos.
- (6) A tábua Mercer Disability foi utilizada com 50% de agravamento linear em todas as idades.

## 6.2 Cálculo da Taxa de Juros atuarial para o exercício de 2017

A taxa de juros atuarial foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15, de 19/11/2014, Instrução Previc nº 23, de 26/06/2015, Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006 e Portaria Previc nº 80, de 26/01/2018.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram taxa máxima de 5,99% a.a., já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício.

Com base no exposto, a Diretoria Executiva, considerando cenário econômico, propôs a manutenção da taxa de 5,75% a.a. e o Conselho Deliberativo aprovou.

## 6.3 Provisões Matemáticas do Plano III de Aposentadoria

O valor do benefício concedido é permanente ajustado, conforme saldo de conta de cada participante e o patrocinador não tem responsabilidade sobre o risco.

- **Benefícios Concedidos:** representam os compromissos futuros da entidade para com os assistidos e com as pensões de dependentes.
- **Benefícios a Conceder:** representam os compromissos futuros da entidade para com os participantes.

A composição do exigível atuarial em 31/12/2017 e 31/12/2016 é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2017	2016
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>3.447</b>	–
<b>Benefícios Concedidos</b>	–	–
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>3.447</b>	–
Contribuição Definida	3.447	–
Saldo de Contas Parcela Patrocinador	1.678	–
Saldo de Contas Parcela Participante	1.769	–
Fundo Previdencial	6	–
Fundo Previdencial – Fundo de Reversão de Excedentes (FRE)	6	–
<b>Total de Provisões Técnicas</b>	<b>3.453</b>	–

Os resultados ocorridos foram os seguintes:

MUTAÇÃO	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	BENEFÍCIOS A CONCEDER	TOTAL
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	–	–	–
Apropriação a resultado	–	3.447	3.447
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	–	<b>3.447</b>	<b>3.447</b>

## 7. CRITÉRIO DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Através da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, que dispõe sobre critérios e limites para custeio das despesas administrativas, o Conselho Deliberativo aprovou, em 22/12/2009, o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA da Fundação Banestes, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa dos planos de benefícios previdenciais.

Em 29/06/2017, o conselho deliberativo aprovou a alteração do critério de rateio, de quantidade de participantes para patrimônio de cada plano de benefícios, objetivando a equalização de seus custos, de acordo com suas características específicas, e incluiu o critério de apropriação dos gastos administrativos de Fomento, considerando a fase inicial do plano de benefício.

O Conselho Deliberativo estabeleceu como limite das despesas administrativas, o percentual de 1% sobre o montante dos recursos garantidores do plano de benefícios, em vigor a partir do mês de janeiro de 2017.

Para custeio das despesas administrativas os participantes, assistidos e patrocinadores efetuam o pagamento da contribuição equivalente a 0,50% do salário de participação e as despesas administrativas comuns foram assim rateadas: 60 % para a gestão previdencial e 40% para a gestão de investimentos.

A Banestes, atendendo a determinação legal contida na Resolução CGPC 29/09, efetuou suas operações administrativas em conformidade com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

### DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DESCRIÇÃO	2017	2016
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>16.242</b>	<b>16.001</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>7.845</b>	<b>8.231</b>
1.1 Receitas	7.845	8.231
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>8.128</b>	<b>7.990</b>
2.1 Administração Previdencial	4.694	4.471
2.2 Administração dos Investimentos	3.434	3.519
<b>3. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)</b>	<b>(283)</b>	<b>241</b>
<b>4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)</b>	<b>(283)</b>	<b>241</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)</b>	<b>15.959</b>	<b>16.242</b>

O fundo administrativo sofreu uma variação negativa de 217,43% em relação ao fechamento de 2016. Esse decréscimo de R\$ 283 mil foi em razão de menor retorno das receitas administrativas, em referência a rentabilidade do investimento do PGA.

O fundo administrativo do PGA tem por finalidade garantir o pagamento das despesas excedentes relativas a manutenção da estrutura administrativa da Banestes. A constituição do fundo representa a sobra entre o total de receitas e o total de despesas no exercício.

## 8. CONTINGÊNCIAS

A Banestes registra uma contingência de 111 ações tramitando na justiça, das quais 45 tramitam na justiça comum e 66 na justiça do trabalho. Das ações em curso, aquelas com risco provável de perda para a Banestes, no total de 43 já se encontram provisionadas no exigível contingencial em 31/12/2017 no montante de R\$ 11.633 (R\$ 9.610 em 2016).

Quanto aos demais processos, a grande maioria com sentenças favoráveis à Baneses apresenta um montante de R\$ 804 relativo às reclamações trabalhistas e R\$ 794 de ações cíveis e tributárias.

A Baneses é autora nas seguintes ações:

- Proposta pela ABRAPP contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento, BNDES e União Federal, processo de nº. 910123902-3, junto à 23ª Vara Federal de Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que já transitou em julgado, razão pela qual possui crédito relativo ao êxito da ação em referência, que ainda está em fase de liquidação, motivo pela qual referido crédito não será consignado na conta de ativos da Baneses.
- Proposta pela LOBO & IBEAS em face do Fundo Garantidor de Crédito, processo de nº. 583.00.210.201351-2, junto à 10ª Vara Cível da Comarca de São Paulo - SP, objetivando a recuperação do crédito devido pela decretação de falência do Banco Santos.
- Proposta pela JCMB em face do Banestes S/A, processo nº 0032324-50.8.08.0024, junto à 2ª Vara Cível de Vitória - ES, objetivando a recomposição das reservas matemáticas de assistidos que obtiveram êxito em Reclamação Trabalhista em face do patrocinador Banestes S/A, na qual pleitearam a recomposição de verbas que compõem o salário de participação para a Baneses, destituídas pelo patrocinador, com reflexos no benefício pago pela Fundação Banestes.

## 9. DETALHAMENTO DO SALDO DA RUBRICA "OUTROS"

Em atendimento à letra "k", do item 30, do Anexo "A", da Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009, o detalhamento dos saldos das rubricas contábeis denominadas "Outros" é o seguinte:

a) Ativo Realizável – Gestão Previdencial		
Rubrica 1.2.1.9.00.00.0 – Outros Realizáveis	2017	2016
1. Valor a receber de ex aposentados	-	-
2. Ressarcimento de Tributos	1	1
Total Outros Realizáveis	1	1
b) Receitas - Gestão Previdencial		
Rubrica 3.1.1.9.00.00.0 – Outros Recursos Correntes	2017	2016
1. Contrato do Governo	4.275	16.312
2. Eventuais	12	102
Total Outros Recursos Correntes	4.287	16.414
c) Receitas - Gestão Administrativa		
Rubrica 4.1.9.1.00.00.0 – Outras Receitas	2017	2016
1. Outras Receitas não Relacionadas	-	3
Total Outras Receitas	-	3

## 10. EQUILÍBRIO TÉCNICO

### 10.1 Equilíbrio Técnico – Plano II de Aposentadoria

A Baneses registrou em 2017 déficit técnico acumulado de R\$25.535 (déficit de R\$ 21.576 em 2016). Sendo 1,59% das Provisões Matemáticas de Benefícios Definidos, logo o plano está deficitário em 31/12/2017. No entanto, o equacionamento desde déficit não será necessário dado que o mesmo é inferior ao limite estabelecido no Artigo 28 da resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

## 10.2 Equilíbrio Técnico Ajustado

A partir do exercício de 2016, a Baneses passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano II de Aposentadoria – DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16 e Instrução Previc nº 25.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para o equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso.

A Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (*duration* do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula  $(duration - 4) \times 1\% \times$  reserva matemática. Para *destinação* ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula  $(10\% + (duration \times 1\%)) \times$  reserva matemática.

No exercício de 2017 o equilíbrio técnico ajustado do Plano II de Aposentadorias é de R\$ 65.397 a seguir demonstrado, (no exercício de 2016 foi de R\$ 74.134):

DESCRIÇÃO	2017	2016
<b>A) Cálculo dos Limites</b>		
<b>1) Saldo Provisões Matemáticas (P.M.)</b>	<b>1.604.250</b>	<b>1.531.571</b>
<b>2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado</b>		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	5,00	5,00
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((1 \times 2.1)/100) \times -1$	(80.212)	(76.579)
2.3) Déficit a equacionar	-	-
<b>B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>		
<b>3) Equilíbrio Contábil</b>	<b>(25.535)</b>	<b>(21.576)</b>
<b>4) Ajuste de Precificação Positiva/Negativa</b>	<b>90.932</b>	<b>95.710</b>
<b>5) = (3)+(4) Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>65.397</b>	<b>74.134</b>

Desta forma, no referido exercício não existe a obrigatoriedade de elaboração e aprovação de plano de equacionamento de déficit técnico.

## 10.3 Equilíbrio Técnico – Plano III de Aposentadoria

O plano III de Aposentadoria possui características de plano de Contribuição Definida – CD, ou seja, o valor do benefício é calculado no ato de concessão da aposentadoria, sendo resultante das contribuições realizadas pelo Participante e pelo Patrocinador ao longo dos anos. O Plano III de Aposentadoria permite, ainda, a contratação de benefício de risco para os casos de invalidez e morte, além de dar autonomia ao Participante na escolha da forma de receber o seu benefício de aposentadoria, sendo assim o plano não possui risco.

**Réveles Belarmino dos Santos**

Diretor Superintendente  
CPF: 719.219.827-72

**Ricardo Gobbi**

Diretor de Seguridade  
CPF: 838.558.157-04

**Katya Elvira Paste**

Diretora de Investimentos  
CPF: 896.497.457-34

**Renilton do Nascimento**

Contador CRC ES 008472/0-8  
CPF: 860.538.927-34

# PARECERES

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros da  
**Fundação Banestes de Seguridade Social - Baneses**  
Vitória - ES

### 1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Banestes de Seguridade Social - Baneses** ("Entidade" ou "Fundação"), referentes aos planos de benefícios previdenciários, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Fundação Banestes de Seguridade Social - Baneses** e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

### 2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### 3. Ênfases

#### a) Planos previdenciários

A Entidade, a partir de 01.05.1998 implantou um novo plano previdencial de Benefício Definido de Contribuição Variável, denominado Plano II de Aposentadoria, que possibilitou a transferência de todos os participantes do Plano I (Ativos e Assistidos) que optaram pela adesão. Em 29.10.2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, por meio da Portaria nº 602, aprovou alterações do regulamento do Plano II e, a partir de então o Plano II foi fechado para a adesão de novos participantes.

Em 15.02.2017, por meio da Portaria nº 149, a Previc aprovou o Regulamento do Plano III de Aposentadoria, com características de plano de Contribuição Definida - CD, ou seja, o valor do benefício é calculado no ato de concessão da aposentadoria, sendo resultante das contribuições realizadas pelo Participante e pelo Patrocinador ao longo dos anos. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo foi 02.05.2017.

#### b) Precificação das Obrigações Atuariais e Equilíbrio Técnico

As Resoluções CNPC nºs 15 e 16, de 19.11.2014, estabeleceram as regras relativas às condições e procedimentos relacionados à solvência dos planos de benefícios, assim resumidos:

(i) - regras de precificação das provisões matemáticas, quando a taxa de juros real anual da rentabilidade esperada dos investimentos é utilizada também para atualização dos compromissos atuariais de cada Plano;

(ii) - estabelecido o conceito de "duração do passivo", que deverá ser observado para gerenciamento dos Planos em suas características e especificidades, e corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios, líquidos das correspondentes contribuições;

RECIFE

Rua Ondina, 75 - Salas 601/602 - Pina - Recife/PE  
CEP: 51.011-180 - Ed. Empresarial Aveloz Multicenter  
Fone: (81) 3467.4565  
www.phfauditoria.com.br

1

Belo Horizonte  
Rua Rodrigues Caldas, 726 - Sala 1204 - Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG  
CEP: 30.190-120  
Fone: (31) 2510.7615  
www.phfauditoria.com.br

(iii) - novas condições e procedimentos a serem observados a partir da apuração de superávit e déficit dos planos previdenciais, que compõem o equilíbrio técnico contabilizado e evidenciado no balanço. As sobras ou insuficiências, apuradas e contabilizadas nos planos previdenciais, somente poderão ser destinadas ou equacionadas, respectivamente, após a inserção dos valores oriundos do "Ajuste de Precificação" dos Títulos Públicos Federais, positivo ou negativo. O montante correspondente ao referido ajuste não é contabilizado, mas deve ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constam nas notas explicativas.

Dessa forma, os efeitos decorrentes dos estudos técnicos gerenciais e respectivas apurações referentes à "duração do passivo", ao "ajuste de precificação de títulos públicos" e ao "equilíbrio técnico ajustado" não são objeto de contabilização e, por conseguinte, não estamos expressando opinião sobre esses efeitos divulgados pela Entidade.

Conforme comentado à Nota Explicativa 5.2 às demonstrações contábeis, a situação de equilíbrio técnico do Plano II de Aposentadoria está deficitário em 31.12.2017, no entanto, seu equacionamento não será necessário dado que é inferior ao limite estabelecido no Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29.09.2008.

#### 4. Outros assuntos

##### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação, datado de 24 de fevereiro de 2017.

#### 5. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

#### 6. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



RECIFE

Rua Ondina, 75 - Salas 601/602 - Pina - Recife/PE  
CEP: 51.011-180 - Ed. Empresarial Aveloz Multicenter  
Fone: (81) 3467.4565  
www.phfaudidores.com.br

2 Rua Rodrigues Caldas, 726 - Sala 1204 - Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG  
CEP: 30.190-120  
Fone: (31) 2510.7615  
www.phfaudidores.com.br

## 7. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada,

Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras consolidadas dos planos para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, conseqüentemente pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Vitória - ES, 14 de março de 2018.

### PHF - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE - 000680/0-0 - S - ES

  
Paulo de Tarso M. Malta Jr.  
Contador - CRC-PE - 0018346/0 - S - ES

#### RECIFE

Rua Ondina, 75 - Salas 601/602 - Pina - Recife/PE  
CEP: 51.011-180 - Ed. Empresarial Aveloz Multicenter  
Fone: (81) 3467.4565  
www.phfaudidores.com.br

3 Rua Rodrigues Caldas, 726 - Sala 1204 - Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG  
CEP: 30.190-120  
Fone: (31) 2510.7615  
www.phfaudidores.com.br

# Parecer Atuarial do Plano II de Aposentadoria

## 1. INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano II de Aposentadoria, administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras BANESES - Fundação Banestes de Seguridade Social, BANESTES S.A. Banco do Estado do Espírito Santo (Patrocinador Instituidor), BANESES Clube de Seguros, BANESTES Seguros SA e BANESTES

Administradora, Corretora de Seguro, Previdência e Capitalização em 31 de dezembro de 2017.

## 2. PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 30/09/2017.

### Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

### Participantes Ativos

DESCRIÇÃO	
Número	1.785
Idade Média (anos)	47,22
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	21,64
Tempo Médio de Contribuição (anos)	21,19
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	10,10
Salário Mensal Médio (R\$)	6.722,11
Folha Anual de Salários (R\$) (13x)	155.986.476,88

## Participantes Autopatrocinados

DESCRIÇÃO	
Número	48
Idade Média (anos)	43,59
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	17,55
Tempo Médio de Contribuição (anos)	17,20
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	13,84
Salário Mensal Médio (R\$)	5.130,03
Folha Anual de Salários (R\$) (13x)	3.201.140,02

## Participantes Aguardando Benefício Proporcional Diferido

DESCRIÇÃO	
Número	2
Idade Média (anos)	55,84
Benefício Mensal Médio (R\$) (1)	-

(1) O valor da Complementação Média do Benefício Proporcional Diferido será calculado no momento da elegibilidade do Participante.

## Participantes Assistidos e Beneficiários

DESCRIÇÃO	
<b>Aposentados</b>	
Número	1.695
Idade Média (anos)	65,27
Benefício Mensal Médio em R\$	4.577,98
<b>Aposentados Inválidos</b>	
Número	180
Idade Média (anos)	60,79
Benefício Mensal Médio em R\$	1.761,27
<b>Beneficiários</b>	
Número	274
Idade Média (anos)	68,14
Benefício Mensal Médio em R\$	3.137,04
<b>Total</b>	
Número	2.149
Idade Média (anos)	65,26
Benefício Mensal Médio em R\$	4.158,33

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 30/09/2017. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2017, refletindo o conceito de capacidade.

### 3. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros (1)	5,75% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1) (2)	2% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS (1)	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1)	Plano I (-2% a.a.) Plano II (0% a.a.)
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade (3)	3% até 40 anos e 1% entre 41 e 50 anos
Tábua de mortalidade geral (4)	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos(5)	AT-49
Tábua de entrada em invalidez(6)	Mercer Disability
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não Aplicável

(1) O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Para os benefícios do Plano I oriundos da migração do Plano I para o Plano II o reajuste de benefícios não contempla o repasse integral do índice. Além de parte da inflação, medida pelo indexador do Plano, também é adicionado ao reajuste metade do rendimento em excesso à meta atuarial, conforme regulamento do Plano.

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.

(3) A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativa futura das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de Participantes do Plano.

(4) Foi utilizada a tábua AT-2000 suavizada em 10%, segregada por sexo.

(5) Foi utilizada a tábua AT-49, segregada por sexo sem agravamentos.

(6) A tábua Mercer Disability foi utilizada com 50% de desagravamento linear em todas as idades.

#### Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na mortalidade e na entrada em invalidez, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual os benefícios afetados pelas hipóteses adotadas são a renda mensal vitalícia e o benefício mínimo, nos casos de morte ou invalidez.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados em 21/09/2017, que tomaram como base a população existente no Plano administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 5,99%, já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício.

Com base no exposto, a Diretoria Executiva, considerando o cenário econômico, propôs a manutenção da taxa de 5,75% a.a. e o Conselho Deliberativo aprovou.

## Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o Agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano II de Aposentadoria.

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano II de Aposentadoria.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

## 4. POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2017 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, posicionados em 31/12/2017.

CONTA	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.594.601.972,39
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	1.578.714.558,24
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.604.249.644,14
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.068.694.046,64
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.068.694.046,64
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	939.330.172,30
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	129.363.874,64
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	535.555.597,71
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	475.914.009,16
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	207.736.788,36
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	268.177.220,80
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	59.641.588,55
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	59.641.588,55
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinadores	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado - Total	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinadores - Total	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes - Total	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos - Total	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinadores	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(25.535.086,11)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(25.535.086,11)
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	25.535.086,11
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	15.887.414,15
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	15.887.414,15
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano II de Aposentadoria vigente em 31 de dezembro de 2017, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano II de Aposentadoria no exercício de 2017.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

- No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

- c) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do atual inválido e do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).
- d) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte do aposentado e do participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano II de Aposentadoria avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES.

Em atendimento ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, informamos que o Plano II de Aposentadoria mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pela Mercer que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Por meio da planilha disponibilizada pela Portaria PREVIC nº 80, de 26/01/2018, foi calculado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. A parcela do ajuste de precificação que está relacionada aos benefícios com cálculos atuariais corresponde a R\$ 63.520.000,50, em 31/12/2017.

### **Varição nas Provisões Matemáticas**

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2016, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

### **Natureza do Resultado**

O principal fator que levou ao Déficit de 2,26% das Provisões Matemáticas de Benefícios Definidos foi o valor apurado no exercício de 2013, devido à mudança da premissa de taxa de juros. Segundo o estudo da taxa de juros, este déficit será equacionado no longo prazo. Dessa forma o déficit atuarial é de natureza conjuntural.

Na avaliação atuarial de 31/12/2017 foi apurado déficit no valor de R\$25.535.086,11. A parcela do déficit, dentro do limite estabelecido pelo Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, calculado pela seguinte fórmula:  $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$ , será mantida na conta de Déficit Técnico Acumulado.

Esclarecemos que a duração do passivo considerada no cálculo do limite descrito acima foi de 9,09 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2017 através da planilha disponibilizada pela Previc pela Portaria nº80/2018.

### **Varição do Resultado**

A situação deficitária do Plano foi mantida, porém em patamar superior ao resultado obtido em 2016, em função da alteração de premissas ocorrida no exercício, em especial à alteração da tábua de mortalidade geral de AT-2000 Basic, segregada por sexo para AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo.

## 5. PLANO D ECUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2018

### Custos

O método atuarial Agregado, adotado para a apuração dos compromissos deste plano, prevê o redimensionamento periódico do plano de custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores.

Os valores monetários apresentados a seguir correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2017:

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2017
Normal		
Total de Benefícios	14,35%	22.377.752,99
Administração	1,00%	1.559.864,77
Custo Total	15,35%	23.937.617,76

Ressaltamos que durante o ano de 2018, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

O custo para cobertura dos Benefícios de Risco (Morte e Invalidez) é nulo, uma vez que o valor presente desses benefícios já se encontra totalmente reconhecido na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder. No entanto, é necessária a sua reavaliação a cada exercício para verificar sua suficiência ou insuficiência em relação aos compromissos do Plano.

### Evolução dos Custos

Relativamente ao custeio da parcela de Benefício Definido, pelo método Agregado há uma expectativa de custos estáveis, uma vez que o custo é determinado já considerando a hipótese de crescimento salarial e que todos os compromissos futuros já são considerados na determinação do custo.

Não houve alteração significativa nos custos projetados para o exercício de 2018, quando comparados aos projetados para o exercício de 2017.

### Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os Participantes deverão efetuar contribuições para o Plano II de Aposentadoria com base nos seguintes níveis:

#### Patrocinadora

As Patrocinadoras deverão efetuar Contribuições Normais de acordo com os itens B.6.2.1 e Contribuição Extra de acordo com os itens B.2.18 (Contribuição Extra) do Regulamento do Plano:

- **Contribuição Normal:** Corresponde, em média, a 6,05% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos;
- **Contribuição Extra:** 0,5% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos.

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 6,55% da folha de Salário de Participação (equivalente a R\$ 10.224.737,33 em 31/12/2017).

### **Participantes Ativos**

Os Participantes ativos deverão efetuar Contribuições Básicas de acordo com os itens B.6.1.1 e B.6.3.1 e Contribuição Extra de acordo com o item B.2.18 do Regulamento do Plano:

- **Contribuição Básica:** Corresponde, em média, a 8,29% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos;
- **Contribuição Extra:** 0,5% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos.

As contribuições totais de Participante equivalem à taxa média estimada em 8,79% da folha de Salário de Participação (equivalente a R\$ 13.712.880,43 em 31/12/2017).

### **Participantes Autopatrocinados**

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições (Básica e Extra), as contribuições que seriam feitas pela patrocinadora (Normal e Extra), caso não tivesse ocorrido o Término do Vínculo Empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios bem como da taxa de administração.

### **Participantes em Benefício Proporcional Diferido**

Os participantes em BPD deverão efetuar contribuições para cobertura das despesas administrativas de 1% (0,5% referente à Contribuição Extra de Participante e 0,5% referente à Contribuição Extra de Patrocinadora) do Salário de Participação da data do desligamento, devidamente atualizado.

### **Participantes Assistidos e Dependentes com benefício de Pensão por Morte**

Os Participantes Assistidos deverão efetuar as seguintes contribuições:

- Sobre o benefício mensal gerado por contribuições ao Plano II:
  - Contribuição Extra prevista no item B.2.18, no percentual de 0,5%.
- Sobre o benefício mensal definido no item B.11.25:
  - Contribuição de 5,2% do benefício.
- Sobre o benefício mensal definido no Capítulo B.11 (exceto os estipulados nos itens B.11.25 e B.11.25.1):
  - Contribuição Extra, prevista no item B.2.18, no percentual de 0,5%;
  - Contribuição Específica apurada mediante aplicação da tabela seguinte, observando-se, exceto nos casos de benefício de pensão e invalidez, o mínimo de 10% da suplementação.

## Tabela de Contribuições Sociais

MASSA MASCULINA INSCRITA ATÉ 23/01/1978		
FAIXAS SALARIAIS R\$	PERCENTUAL %	PARCELA A DEDUZIR - R\$
Até 1.636,39	2,85	0
De 1.636,39 a 3.272,76	4,75	31,09
De 3.272,76 a 9.818,29	17,10	435,28
Acima de 9.818,29	20,90	808,37

MASSA FEMININA INSCRITA ATÉ 23/01/1978		
FAIXAS SALARIAIS R\$	PERCENTUAL %	PARCELA A DEDUZIR - R\$
Até 1.636,39	3,00	0
De 1.636,39 a 3.272,76	5,00	32,73
De 3.272,76 a 9.818,29	18,00	458,19
Acima de 9.818,29	22,00	850,92

MASSA INSCRITA APÓS 23/01/1978		
FAIXAS SALARIAIS R\$	PERCENTUAL %	PARCELA A DEDUZIR - R\$
Até 1.636,39	2,55	0
De 1.636,39 a 3.272,76	4,25	27,82
De 3.272,76 a 9.818,29	15,30	389,46
Acima de 9.818,29	18,70	723,28

Participantes “Fundadores” inscritos no Plano anteriormente a 23/01/1978, desde que se aposentem com idade igual ou superior a 55 anos e tempo de serviço igual ou superior a 30 anos no caso de participante do sexo feminino ou 35 anos no caso de participante do sexo masculino, têm suas contribuições calculadas conforme a tabela de contribuição de participantes inscritos após 23/01/1978.

Pensionistas Beneficiários inscritos até 23/01/1978 do sexo feminino efetuam contribuição com base na tabela de contribuição masculina.

As faixas de contribuição previstas no plano de custeio serão corrigidas em setembro de cada ano pelo Fator de Reajuste Especial Anual.

## Vigência do Plano de Custeio

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de março de 2018.

## 6. CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano II de Aposentadoria da Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES está deficitário em 31/12/2017. No entanto, o equacionamento deste déficit não será necessário dado que o mesmo é inferior ao limite estabelecido no Artigo 28 da Resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2018.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Jorge João da Silveira Sobrinho  
M.I.B.A. nº 920

Daphinie Martins  
M.I.B.A. nº 2.541

## Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL da FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 32 do Estatuto da entidade, e tendo em vista as disposições da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 08, de 31/10/2011, e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22/01/2010, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31/12/2017.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Baneses, e considerando ainda o Parecer do Atuário Externo e o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2017.

Vitória (ES), 21 de março de 2018.

**Nilson Elias Tristão**

Presidente

**Anselmo Custódio Lamas Lopes**  
Conselheiro

**Maria Aparecida Gonçalves da Silva**  
Conselheira

**Wander Egídio de Oliveira**  
Conselheiro

## Manifestação do Conselho Deliberativo

Em reunião de 26 de março de 2018, o Conselho Deliberativo da Fundação Banestes de Seguridade Social – BANESES, no uso das competências de que tratou o Inciso VI do Art. 18 e Art. 40 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis de 2017 apresentadas pela Diretoria Executiva e com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal e Notas Explicativas, conclui que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual aprova os referidos relatórios relativos ao exercício de 2017.

Vitória (ES), 26 de março de 2018.

**Cláudia Valli Cardoso Machado**  
(Conselheira)

**Jesse Gomes de Alvarenga**  
(Conselheiro)

**Júlio César Gomes**  
(Conselheiro)

**Laci Jose da Silva Carvalho**  
(Conselheiro)

**Marcos Vinicius Nunes Montes**  
(Conselheiro)

## EXPEDIENTE

**PATROCINADORES:** Banestes S/A - Banco do Estado do Espírito Santo, Banestes Seguros S/A, Banestes Administradora e Corretora de Seguros Ltda, Banestes Clube de Seguros, Banestes DTVM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses.

**CONSELHO DELIBERATIVO:** Mônica Campos Torres (Presidente), Cláudia Valli Cardoso Machado, Júlio César Gomes, Jesse Gomes de Alvarenga, Laci José da Silva Carvalho e Marcos Vinícius Nunes Montes.

**DIRETORIA EXECUTIVA:** Réveles Belarmino dos Santos (Diretor Superintendente), Katya Elvira Paste (Diretora de Investimentos) e Ricardo Gobbi (Diretor de Seguridade).

**CONSELHO FISCAL:** Nilson Elias Tristão (Presidente), Anselmo Custódio Lamas Lopes, Wander Egídio de Oliveira e Maria Aparecida Gonçalves da Silva.

**JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Rodrigo Alcure Castro (R.P. 3305/ES).

**EDITORAÇÃO:** Bios.





**BANESES**  
FUNDAÇÃO BANESTES  
DE SEGURIDADE SOCIAL